

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 069/2023
Data: 20/04/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP)..... | 4 |
| UNIÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO FARÁ PORTO DE SANTOS CRESCER..... | 4 |
| MODELO ALTERNATIVO DE GOVERNANÇA AO PORTO DE SANTOS É DEBATIDO NO 1º ENCONTRO PORTO & MAR..... | 4 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA..... | 6 |
| UTE GNA II RECEBE PRIMEIRA TURBINA A GÁS..... | 6 |
| COGERAÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL ATINGIU PATAMAR DE 20,5 GW DE CAPACIDADE..... | 8 |
| UNIGEL PASSA A UTILIZAR CO2 PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES..... | 9 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS..... | 10 |
| DIVULGADA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA..... | 10 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF..... | 12 |
| REVITALIZAÇÃO NA BR-235/SE BENEFICIA ESCOAMENTO DE SAFRA E TURISMO NO SERGIPE..... | 12 |
| REDE 5G AUMENTA SEGURANÇA NA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NO PORTO DE SUAPE..... | 13 |
| NA ESTRADA #003: O BRASIL VOLTOU..... | 13 |
| CINCO PROJETOS DE RODOVIAS E FERROVIAS GANHAM PRIORIDADE PARA CAPTAR INVESTIMENTOS..... | 14 |
| MULTAS DE TRÂNSITOS EMITIDAS PELA UNIÃO PODEM SER PAGAS VIA PIX, BOLETO OU CARTÃO DE CRÉDITO..... | 15 |
| CONSULTA PÚBLICA RECEBE CONTRIBUIÇÕES SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ..... | 15 |
| PORTAL PORTO GENTE..... | 16 |
| UM PORTO PARA RECEBER OS MAIORES NAVIOS DO MUNDO..... | 16 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT..... | 18 |
| EDITORIAL – UM PASSO IMPORTANTE..... | 18 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 18 |
| <i>Investimentos 1</i> | 18 |
| <i>Investimentos 2</i> | 18 |
| <i>Itajaí 1</i> | 19 |
| <i>Itajaí 2</i> | 19 |
| <i>Ferrovias</i> | 19 |
| NACIONAL - MÁRCIO FRANÇA QUER LEILOAR PASSAGENS QUE SOBRAREM EM AVIÕES..... | 19 |
| NACIONAL - ANTAQ PUBLICA PESQUISA DE SATISFAÇÃO ENTRE USUÁRIOS DE NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA..... | 20 |
| NACIONAL - COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REQUERIMENTO PEDINDO EXPLICAÇÕES DE DIRETOR DA ANEEL..... | 21 |
| ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – O ACORDO DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO E AS SOLUÇÕES ANTECIPADAS..... | 22 |
| REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS - CONSAD APROVA NOVA DIRETORIA DO PORTO DE SANTOS..... | 22 |
| REGIÃO SUDESTE - PROGRAMA DE ECONOMIA AZUL DO RJ BUSCA SOLUÇÕES PARA QUESTÕES SOBRE O OCEANO..... | 23 |
| REGIÃO SUL - PORTO DO RIO GRANDE TEM MELHOR 1º TRIMESTRE DA HISTÓRIA EM MOVIMENTAÇÃO..... | 24 |
| NACIONAL - LOG-IN INICIA NOVO SERVIÇO COM ROTA EXPRESSA ENTRE MANAUS E O PORTO DE SANTOS..... | 25 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP..... | 26 |
| PREVISÃO DE MARÉ ELEVADA E MAR AGITADO SE MANTÉM ATÉ SEXTA-FEIRA, DIZ NPH-UNISANTA..... | 26 |
| BRASIL QUASE DOBRA EXPORTAÇÃO DE GENÉTICA AVÍCOLA..... | 26 |
| LÍBIA AUMENTA EM 550% COMPRAS DE PEIXES DO BRASIL..... | 27 |
| BRASIL BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO POR NAVIO PUXADO PELA VENDA DE CELULOSE..... | 27 |
| GOVERNO ESTUDA FOTOGRAFIA DE MALAS ANTES DE EMBARQUE EM VOOS INTERNACIONAIS..... | 28 |
| PORTO DO ITAQUI PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE SETOR PORTUÁRIO NO SENADO FEDERAL..... | 28 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS..... | 29 |
| criação da autoridade climática depende de espaço no orçamento, diz Marina Silva..... | 29 |
| Frente Parlamentar promete fomentar energias limpas para transição justa..... | 30 |
| Câmara questiona decisões da ANEEL e do MME..... | 33 |
| JORNAL O GLOBO – RJ..... | 35 |
| SHEIN VAI INVESTIR R\$ 750 MILHÕES PARA TER FORNECEDOR LOCAL E ABASTECER AMÉRICA LATINA A PARTIR DO BRASIL..... | 35 |
| LIRA ANUNCIA CLÁUDIO CAJADO COMO RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL..... | 36 |
| RIO, MAIS SEIS ESTADOS E 2 MIL CIDADES NÃO TERÃO AVAL DA UNIÃO EM PPPS; ENTENDA..... | 38 |
| GOVERNO QUER DESTRAVAR 153 PROJETOS DE PPPS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS; VEJA AS ÁREAS..... | 39 |
| RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL DIZ QUE EVENTUAIS MUDANÇAS SERÃO PARA MELHORAR O TEXTO..... | 40 |



ANAC DIZ QUE ANÁLISE DE PRECATÓRIOS COMO FORMA DE PAGAMENTO CABE AO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS . 41

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... 42

| | |
|--|----|
| FGTS: BARROSO E MENDONÇA VOTAM PARA QUE FUNDO TENHA CORREÇÃO AO MENOS IGUAL A RENDIMENTO DA POUPANÇA | 42 |
| ARCABOUÇO PODE FRAGILIZAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL..... | 43 |
| SETOR MINERAL TEME QUE ELEVAÇÃO DE TRIBUTOS SE ESPALHE PELOS ESTADOS..... | 44 |
| HADDAD PROPÕE CRIAR IMPOSTO DIGITAL PARA EMPRESAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO..... | 46 |
| MELHORIAS NOS TRENS METROPOLITANOS COLOCAM SÃO PAULO NOS TRILHOS DO FUTURO..... | 46 |
| ELETOBRAS PROPÕE APORTE DE R\$ 4 BI PARA ADIANTAR DÍVIDAS DE SANTO ANTÔNIO ENERGIA COM BANCOS..... | 48 |
| COM CAMPOS NETO NA PLATEIA, PACHECO COBRA 'REDUÇÃO IMEDIATA' DA TAXA DE JUROS; VEJA..... | 49 |
| MUDANÇA FREQUENTE NAS REGRAS DO JOGO SÓ PREJUDICA A ECONOMIA; LEIA ARTIGO..... | 50 |

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 51

| | |
|--|----|
| BRASIL ASSINARÁ 13 ACORDOS COM PORTUGAL E QUATRO COM ESPANHA..... | 51 |
| ULTRACARGO INICIA PLANO DE CRESCER NO INTERIOR..... | 54 |
| MEDIAÇÃO DO TCU É APOSTA PARA ACELERAR INVESTIMENTOS..... | 55 |
| NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA COM BANCOS NÃO AFETARÁ BALANÇO, DIZ ELETOBRAS..... | 57 |

AGÊNCIA BRASIL - DF..... 58

| | |
|---|----|
| PROGRAMA DE PASSAGENS ÁREAS MAIS BARATAS DEVE VALER A PARTIR DE AGOSTO..... | 58 |
| PETROBRAS E BNDES ANUNCIAM CRIAÇÃO DE COMISSÃO MISTA..... | 58 |

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 59

| | |
|--|----|
| FÓRUM SETORIAL DISCUTE RETOMADA DA CONSTRUÇÃO NAVAL COM GOVERNO E ENTIDADES..... | 59 |
| PETROBRAS APROVA INDICAÇÃO DE SÉRGIO BACCI PARA PRESIDÊNCIA DA TRANSPETRO..... | 61 |
| TECON SALVADOR PROJETA CONCLUSÃO DO 4º CICLO DE INVESTIMENTOS ATÉ 2034..... | 62 |

MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA..... 63

| | |
|--|----|
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM | 63 |
|--|----|



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

UNIÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO FARÁ PORTO DE SANTOS CRESCER

Diz o diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, que celebra sucesso do 1º Encontro Porto & Mar 2023

Por: Bárbara Farias



O Diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, no 1º Encontro Porto & Mar 2023, realizado no auditório do Grupo Tribuna Foto: Alexander Ferraz/AT

Reunir o Governo Federal, o setor privado e a Prefeitura de Santos no 1º Encontro Porto & Mar 2023 para discutir os novos rumos e o desenvolvimento do Porto de Santos foi um dos pontos importantes do evento promovido pelo Grupo Tribuna. A opinião é do diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini.

“Acho que foi muito positivo. Esse modelo que a gente fez com os dois secretários, junto com os empresários, criou uma interação muito grande. Vários assuntos que foram abordados pelos empresários foram respondidos pelos secretários. É algo que tem que acontecer entre poder público e poder privado. Um depende do outro e os dois, juntos, farão com que o Porto de Santos cresça ainda mais”.

O diretor comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono, comemorou o sucesso do formato inovador do debate e seus resultados.

“Foi fantástico a gente poder contar com esse time de peso, com os executivos dos principais terminais, com os dois secretários que estão chegando, que são duas pessoas técnicas, com bastante experiência e que conhecem o Porto de Santos. Os temas debatidos aqui foram de extrema importância, principalmente, em função das prioridades que nós temos e que farão parte da agenda nos próximos meses”.

O mediador do debate e apresentador do programa Porto 360°, da TV Tribuna, Maxwell Rodrigues, frisou que os 11 temas abordados na tarde de ontem estão na pauta da sociedade de um modo geral.

“Os temas foram discutidos por todos os atores que fazem parte da iniciativa privada e foram bem-posicionados, principalmente, pelo secretário-executivo, Roberto Gusmão, e pelo secretário nacional de Portos, Fabrizio Pierdomenico. Hoje, a gente pode dizer que, efetivamente, o Porto de Santos tem uma nova rota e a gente conhece qual é essa rota”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/04/2023

MODELO ALTERNATIVO DE GOVERNANÇA AO PORTO DE SANTOS É DEBATIDO NO 1º ENCONTRO PORTO & MAR

Secretário nacional de Portos cita zeladoria compartilhada entre Autoridade Portuária e operadores privados

Por: Bárbara Farias

Um modelo alternativo de governança, em que a zeladoria do Porto de Santos é compartilhada entre a Autoridade Portuária pública e os operadores privados por meio da criação de um condomínio. A

proposta foi apresentada à comunidade portuária pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, nesta terça-feira (18), durante o 1º Encontro Porto & Mar 2023, realizado no auditório do Grupo Tribuna, em Santos.



O 1º Encontro Porto & Mar 2023 foi realizado no auditório do Grupo Tribuna Foto: Alexander Ferraz/AT

Após um discurso de boas-vindas aos convidados feito pelo diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, o mediador do encontro e apresentador do programa Porto 360°, da TV Tribuna, Maxwell Rodrigues, deu início ao debate. Nele, o Pierdomenico e o secretário-executivo de Portos e Aeroportos, Roberto Gusmão, foram sabatinados pelos demais convidados sobre temas relacionados ao complexo portuário

santista.

Os pontos discutidos foram serviços da Autoridade Portuária, aumento de capacidade, infraestrutura de acesso, integração de modais, mobilidade, aplicação de tecnologia, mão de obra, novo acesso ao Planalto e avanços necessários aos modais ferroviário, aquaviário e rodoviário.

Pierdomenico comentou sobre a criação de um condomínio em Santos ao ser questionado sobre os serviços da Autoridade Portuária pelo gerente geral de Logística da Eldorado Brasil Celulose, Flávio da Rocha. Até o ano passado, vale lembrar, o Governo Federal defendia a desestatização da Santos Port Authority (SPA), gestora do Porto, com seus serviços. Contudo, a nova gestão federal defende a Autoridade Portuária pública.

“O que é esse conceito? Em Santos, nós temos uma comunidade portuária muito madura que pode caminhar para esse tipo de atividade em que a zeladoria do Porto e, tudo isso que você elencou — dragagem, acesso, buraco no chão, energia, saneamento —, na forma de um condomínio, possa ser repassado para os operadores portuários que atuam no Porto de Santos”, explicou o secretário.

Também participaram do debate o vice-presidente da Rumo Logística, Guilherme Penin; o CEO da BTP, Ricardo Arten; o presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco; o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi; o diretor de tecnologia da T2S, Ricardo Pupo; o diretor-presidente da EcoRodovias, Rui Klein; e o diretor-presidente do Porto de Suape, Marcio Guiot.

Arten salientou que “o condomínio é uma ótima solução, mas o que mais me preocupa é fazer isso acontecer” e questionou Pierdomenico sobre a viabilidade da proposta. O secretário nacional de Portos se mostrou otimista. “Primeiro, debatendo muito e eu estou aceitando propostas da iniciativa privada para pensarmos juntos a governança, como seria essa governança. O maior desafio é como juntar 60 ou 70 operadores que são concorrentes em um condomínio”.

Diante dessa proposta e outros temas abordados, Gusmão fez um balanço positivo do 1º Encontro Porto & Mar. “Essa iniciativa faz a gente convergir as ideias e transformá-las em coisas práticas. Eu saio daqui convencido de que nós estamos no caminho certo, que as parcerias podem continuar. A gente não precisa vender a Autoridade Portuária. Saio com a confiança das empresas no novo governo para buscar as soluções que elas precisam na parte logística”.

Para o CEO da BTP, que enfatizou sobre a necessidade de investimentos em acessos, o encontro foi muito produtivo. “Fiquei impressionado com a forma como os secretários levaram os assuntos que nós endereçamos. Eu tenho certeza de que esses pontos serão levados para Brasília, serão considerados nas discussões para que se encontre um conjunto de soluções para que a gente consiga superar todos esses desafios”.

Em sua participação, o presidente da ACS frisou que investir em qualificação de mão de obra deve ser encarado como prioridade, bem como as relações de trabalho no setor portuário. “Nós precisamos realmente avançar com esse tema”.

O vice-presidente da Rumo Logística que mencionou durante o debate os investimentos feitos em infraestrutura, ressaltou a necessidade de melhorias nos acessos e na integração de modais para atender ao escoamento das commodities, ponto forte do Brasil na exportação.

“Somos o País mais produtivo da porteira para dentro na soja, no milho, no açúcar, no algodão. Temos as mais extraordinárias produções de minério de ferro e somos os mais produtivos em celulose, e o mundo precisa demais de nós. Temos que abraçar essa oportunidade. Além disso, Santos é a solução mais eficiente”.

Sobre a relação Porto-Cidade, o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi, disse que saiu confiante quanto ao avanço de políticas públicas. “Falamos de inúmeros temas que são caros ao Município e ao Porto. Tenho convicção de que daqui sairão inúmeros trabalhos e ideias que vão melhorar o dia a dia do cidadão santista”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/04/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

UTE GNA II RECEBE PRIMEIRA TURBINA A GÁS

Consideradas as mais modernas disponíveis no mercado, as turbinas em ciclo combinado oferecem à UTE GNA II mais de 60% de eficiência energética e o menor nível de emissões entre as plantas em operação hoje no país

Informações: TN Petróleo



A UTE GNA II Geração de Energia, controlada pelas empresas bp, Siemens Energy e SPIC Brasil, deu mais um passo na construção da maior e mais eficiente usina a gás natural do país. Em 16/4, recebeu a primeira das três turbinas a gás que, em ciclo combinado, irão compor a ilha de potência da usina de 1,7 GW de capacidade instalada. Fornecida pela Siemens Energy, o equipamento é considerado um dos mais importantes da planta, que prevê entrar em operação comercial no início de 2025.

As três turbinas a gás da classe HL são as mais modernas disponíveis no mercado, oferecendo mais de 60% de eficiência com os menores níveis de emissão de carbono quando comparadas às usinas termelétricas em operação no país. Fabricadas na Alemanha, cada turbina tem capacidade nominal de mais de 350 MW, pesando cerca de 310 toneladas, com 11,9 metros de comprimento e 5,3 metros de altura.

Em fevereiro, o equipamento partiu da fábrica de Berlim, na Alemanha, diretamente para o Terminal Multicargas – T-MULT, localizado no Porto do Açu, a cerca de três quilômetros do canteiro de obras da usina. A segunda turbina está prevista para chegar ao Porto do Açu no próximo mês.



Ao todo, a ilha de potência da UTE GNA II compreende três turbinas a gás, uma turbina a vapor, quatro geradores e três caldeiras de recuperação de calor à vapor, além de outros sistemas. Os demais equipamentos da ilha de potência chegarão ao empreendimento até junho/23.

“A chegada da primeira turbina da GNA II é um marco importantíssimo para nosso projeto. Estamos construindo um empreendimento estruturante, que gera, atualmente, mais de 2.700 empregos, desenvolvimento econômico e social para o Norte Fluminense, para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil e, quando em operação, trará mais a segurança e confiabilidade ao Sistema Elétrico Nacional”, destaca Carlos Baldi, diretor de Operação e Implantação da GNA.

As obras da UTE GNA II foram iniciadas no final de 2021 e contam com mais de 65% de atividades já concluídas. O projeto encontra-se na fase de montagem eletromecânica e preparação das áreas para receber os equipamentos. No início de 2024 está previsto o início do período de comissionamento.

Além do fornecimento de equipamentos da ilha de potência, a Siemens Energy integra o consórcio construtor da usina e será a responsável pela prestação de serviços de longo prazo de operação e manutenção da usina.

A UTE GNA II – A UTE GNA II é parte do maior parque termelétrico da América Latina, com 3 GW de potência instalada, o suficiente para atender cerca de 14 milhões de residências. A primeira usina, a UTE GNA I, com 1.3 GW, iniciou operação comercial em setembro de 2021. Para abastecer as usinas, está em operação um Terminal de Regaseificação de GNL, o primeiro de uso privado do Brasil, onde está atracada a FSRU BW MAGNA, embarcação com capacidade para armazenar e regaseificar até 28 milhões de m³ de gás por dia. Graças ao investimento em uma unidade de dessalinização, as usinas operam com, praticamente, 100% de água do mar, tornando-as independentes da captação de água doce e contribuindo para a proteção dos recursos hídricos.

Com 1.7 GW de potência instalada, o suficiente para abastecer cerca de 8 milhões de residências, a UTE GNA II, sozinha, equivale a 10% de toda a capacidade da geração a gás natural disponível hoje no Sistema Interligado Nacional (SIN). A implantação do projeto envolve investimentos totais na ordem de R\$ 7 bilhões, considerando uma usina termelétrica em ciclo combinado, uma subestação e uma linha de transmissão de 500 kV, para escoar a energia ao SIN. Para viabilizar a implantação do projeto, em 2021, a UTE GNA II assinou contrato de financiamento com o BNDES no valor total de cerca de R\$ 4 bilhões. No final do ano passado, a UTE GNA II recebeu o primeiro desembolso, no montante de R\$ 2,4 bilhões.

Ao longo do período de obras, estão previstas a geração de aproximadamente 10 mil empregos diretos e indiretos, a maior parte da região. Com objetivo de capacitar a população local, a companhia lançou a segunda edição de seu Programa de Qualificação Profissional gratuito. Dentre as 450 vagas oferecidas, 41% foram preenchidas por mulheres, reforçando o apoio da companhia à equidade de gênero no setor. A segurança também é um dos pilares do empreendimento. Desde o início das obras, não foram registrados acidentes com afastamento.

Expansão

O Parque Termelétrico a gás natural da GNA possui, ainda, 3,4 GW de capacidade instalada licenciada, o que permitirá o desenvolvimento de novos projetos, podendo chegar a 6,4 GW, tornando-se o maior hub de gás e energia da América Latina. Os planos de expansão contemplam ainda a construção de gasodutos terrestres, integrando a GNA à malha de gasodutos.

Sobre a GNA II

A UTE GNA II Geração de Energia S.A. é uma usina termelétrica movida a gás natural controlada pelas empresas bp, Siemens Energy e SPIC Brasil. O projeto integra o maior parque termelétrico a gás natural da América Latina, composto pela UTE GNA I, de 1,3 GW (em operação desde 2021) a UTE GNA II (em construção), em conjunto, alcançarão 3 GW de capacidade instalada. Juntas, as duas térmicas irão gerar energia suficiente para atender cerca de 14 milhões de residências. Além das térmicas, o projeto compreende um Terminal de Regaseificação de GNL (Gás Natural

Liquefeito), de 28 milhões de metros cúbicos/dia. Os projetos contam com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 20/04/2023

COGERAÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL ATINGIU PATAMAR DE 20,5 GW DE CAPACIDADE

Informações: PetroNotícias



A cogeração em operação comercial no Brasil alcançou a marca de 20,5 GW no final de março, o que representa uma alta de 4% no total de capacidade instalada na comparação com o ano passado (19,71 GW, em março de 2022). Além disso, o número representa 10,8% da matriz elétrica brasileira (191,4 GW). O dado foi apresentado nesta semana pela Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen). Atualmente, a cogeração equivale a 1,46 vezes a capacidade instalada da maior hidrelétrica do país, a usina de Itaipu, que possui 14 GW de capacidade instalada.

“A cogeração de energia vem dando uma significativa contribuição para a segurança energética do país”, afirmou o presidente executivo da Cogen, Newton Duarte (foto). “É uma energia distribuída, gerada em usinas próximas dos pontos de consumo, o que dispensa a necessidade de investimentos em longas linhas de transmissão. E é uma energia firme, com qualidade, não intermitente. A cogeração é fundamental para uma matriz elétrica mais equilibrada, poupando água dos reservatórios das hidrelétricas”, acrescentou.

A cogeração brasileira conta agora com 654 usinas. A produção de energia movida a bagaço de cana-de-açúcar totaliza 387 usinas. A capacidade instalada é de 12,356 GW, o que representa 60,4% do total da cogeração. Em segundo lugar, no ranking, está o licor negro, com 21 usinas, perfazendo uma capacidade instalada de 3,407 GW (16,6%). Já a cogeração a gás natural tem 93 usinas, somando uma capacidade instalada de GW instalados (15,4%). A cogeração derivada de cavaco de madeira chega a uma capacidade instalada de 880 MW (4,3%) derivadas de 70 usinas. A produzida com biogás detém uma capacidade instalada de 376 MW (1,8%), partindo de 51 usinas. Outras fontes somam uma capacidade instalada de 299 MW, oriundas de 32 usinas, e completam o quadro (1,5%).



A Cogen avalia que o potencial da cogeração de energia possa assumir um papel de maior destaque



no planejamento energético brasileiro. “As usinas de cogeração movidas a biomassa têm diversas externalidades econômicas e ambientais. Acreditamos que os organismos de planejamento poderiam ser mais assertivos ao sinalizar a expectativa de crescimento da cogeração. Isso seria importante para a decisão de investimento. O potencial de crescimento é expressivo, sobretudo com as possibilidades de um novo uso da cana-de-açúcar e seus resíduos (como por exemplo a vinhaça da produção do etanol e da torta de filtro) com o advento da produção de biometano”, defendeu Duarte.

O presidente da Cogen aposta ainda no crescimento da cogeração a gás natural, principalmente com as perspectivas de novos ofertantes da molécula a preços mais competitivos, fator que, segundo ele, pode trazer uma maior viabilidade para os projetos de cogeração.

De acordo com o diretor de Tecnologia e Regulação da Cogen, Leonardo Caio Filho, a cogeração movida a biomassa tem sido essencial para garantir a segurança energética do País. “Em 2022, a cogeração contribuiu para poupar 14 pontos percentuais do nível dos reservatórios das hidrelétricas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que é justamente onde está o principal mercado consumidor do País. Vale lembrar que as usinas de açúcar e etanol entregam essa energia principalmente no período de safra, o que coincide com o período seco”, destacou.

No ranking por unidades da federação de cogeração por biomassa, o Estado de São Paulo lidera a lista com 7,5 GW instalados. Em seguida estão Minas Gerais (2,1 GW instalados); Mato Grosso do Sul (1,9 GW instalados); Goiás (1,5 GW instalados); Rio de Janeiro e Paraná (cada um com 1,3 GW instalados) e Bahia (1,1 GW instalados).

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 20/04/2023

UNIGEL PASSA A UTILIZAR CO2 PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES

O projeto é pioneiro no Polo Petroquímico de Camaçari e tem potencial de usar 4.000 toneladas de dióxido de carbono ao ano

Informações: Gazeta da Semana



Com objetivo de reforçar ações que contribuam para descarbonização da indústria, a Unigel – uma das maiores empresas químicas da América Latina e maior fabricante de fertilizantes nitrogenados do país – mais uma vez é pioneira, e passa a utilizar CO₂ (dióxido de carbono) para tratamento de efluentes, de forma permanente, da sua fábrica de fertilizantes nitrogenados no Polo Petroquímico de Camaçari (BA).

A Unigel é a primeira empresa do Polo a se diferenciar nessa frente. A iniciativa tem cunho sustentável, uma vez que substitui matrizes poluentes e de difícil manuseio

como ácido sulfúrico, além do potencial de usar 4.000 toneladas de dióxido de carbono ao ano, evitando que esse gás seja lançado na atmosfera.

Segundo Deiviti Caetano, gerente executivo industrial da Unigel, a implementação só foi possível graças à sinergia de diversos departamentos da companhia em torno de uma nova solução. “Formamos um time multidisciplinar com o objetivo de tratar os efluentes das operações de forma mais inteligente e sustentável e o CO₂ se mostrou como um ótimo ativo. Agora trabalharemos na expansão dessa solução para as demais operações da Unigel, bem como, compartilhar com as demais indústrias do Polo, criando assim uma rede de descarbonização para nós e o mercado”, explica.

Sustentabilidade no centro do modelo de negócios

A nova alternativa para o tratamento de efluente faz parte de um conjunto de ações que a Unigel tem intensificado cada vez mais, fortalecendo o compromisso de crescimento sustentável. Na frente climática, a empresa se posiciona como um player estratégico na promoção da descarbonização de diversas indústrias e da frota marítima global, ao anunciar a primeira fábrica do Brasil de Hidrogênio Verde e Amônia Verde.

Deiviti reforça que, ações como essa são pensadas e aprimoradas em todas as frentes da empresa. “Na Unigel, o planejamento e estratégia para proposições que contemplem uma agenda cada vez

mais sustentável é contínuo. Trabalhamos com foco em gerar escala operacional e assim transformar nossa entrega, além de influenciar outros players de mercado”, conclui.

Fonte: *Mercos Shipping Marítima Ltda*

Data: 20/04/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DIVULGADA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA

Pesquisa pioneira no país entrevistou 8.852 pessoas divididas entre passageiros e condutores de veículos em três macrorregiões do Brasil



Brasília 19/04/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quarta-feira (19), webinar apresentando os resultados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários – Serviços de Travessia (PSU-Travessia), concluída em 2022.

A pesquisa – aprovada pela Diretoria Colegiada em março deste ano – faz parte da Agenda Plurianual de Estudos 2021-2024 da Agência e tem como objetivo analisar a percepção dos usuários quanto aos serviços prestados pelas

Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) autorizadas pela ANTAQ a operar na navegação interior de travessia, tanto no transporte de passageiros como no de veículos.

O transporte de travessia é um importante elo na integração regional. Além disso, é determinante em diversos municípios isolados no interior do Brasil, sendo, por vezes, essencial para viabilizar as atividades rotineiras das populações.

Durante o webinar, o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, ressaltou que os resultados do PSU-Travessia servirão como subsídios para o aprimoramento do arcabouço regulatório desse mercado, visando, sempre, à melhoria dos serviços pelas empresas de navegação outorgadas pela Agência.

“Essa pesquisa é uma surpresa agradável e grandiosa e que abrangeu todo o Brasil. A grande finalidade da pesquisa é ter um termômetro de como os usuários enxergam as prestações de serviço e, a partir disso, direcionar ações de aprimoramento das fiscalizações e regulações, focando em melhorar os serviços”, disse.

Outro presente foi o Dário Pantoja, diretor-presidente do Sindarpa - Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no Estado do Pará - e diretor do segmento de passageiros e travessias da ABANI (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior). Segundo ele, a pesquisa ajudará as empresas de travessia a melhorar os serviços prestados.

“Estou impressionado e feliz com a qualidade da pesquisa. Agora, as empresas podem ter um norte para o seu acompanhamento operacional. Temos muito a melhorar, em especial, na região amazônica”, falou.

Junto com o diretor-geral da ANTAQ e com o diretor-presidente da ABANI, prestigiaram o Webinar os diretores da Autarquia Flávia Takafashi, Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias.

Confira a íntegra do evento no Canal da ANTAQ no Youtube.
<https://www.youtube.com/@CanalANTAQ>

Sobre a pesquisa

Ao todo, foram realizadas 8.852 entrevistas presenciais, divididas entre passageiros e condutores de veículos, em três macrorregiões: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul. A pesquisa abrangeu 136 empresas que operam em 32 linhas de navegação, selecionadas por critérios de essencialidade e importância.

A PSU-Travessia é a primeira realizada para avaliar o grau de satisfação dos usuários desse modo de transporte com os serviços oferecidos.

Além de buscar a opinião de quem trafega, a pesquisa também levantou informações que permitem traçar o perfil dos usuários e das viagens, informações de grande valia para o aprimoramento da regulação desse segmento.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO AGREGADO (ISA)

PORCENTAGEM DE EMPRESAS E VALORES DO ISA, POR CLASSE DE PASSAGEIROS E VEÍCULOS

| CLASSES | QUANTIS | VALORES PASSAGEIROS | VALORES VEÍCULOS |
|---------|---------|---------------------|------------------|
| A | 5% | > 3,33 | > 3,66 |
| B | 20% | 3,04 - 3,32 | 3,05 - 3,66 |
| C | 25% | 2,82 - 3,04 | 2,78 - 3,05 |
| D | 25% | 2,58 - 2,82 | 2,41 - 2,78 |
| E | 20% | 2,27 - 2,58 | 1,61 - 2,41 |
| F | 5% | < 2,27 | < 1,61 |

O que é o ISA

ÍNDICE CRIADO PARA QUANTIFICAR "NOTA" DADA PELOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE TRAVESSIA.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS NO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

| REGIÕES | A | B | C | D | E | F | TOTAL |
|------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-------|
| AMAZÔNICA | 6% | 18% | 24% | 25% | 23% | 4% | 71 |
| CENTRO-SUL | 5% | 14% | 10% | 10% | 10% | 5% | 21 |
| NORDESTE | 8% | 28% | 25% | 25% | 25% | 3% | 40 |

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS NO TRANSPORTE DE VEÍCULOS

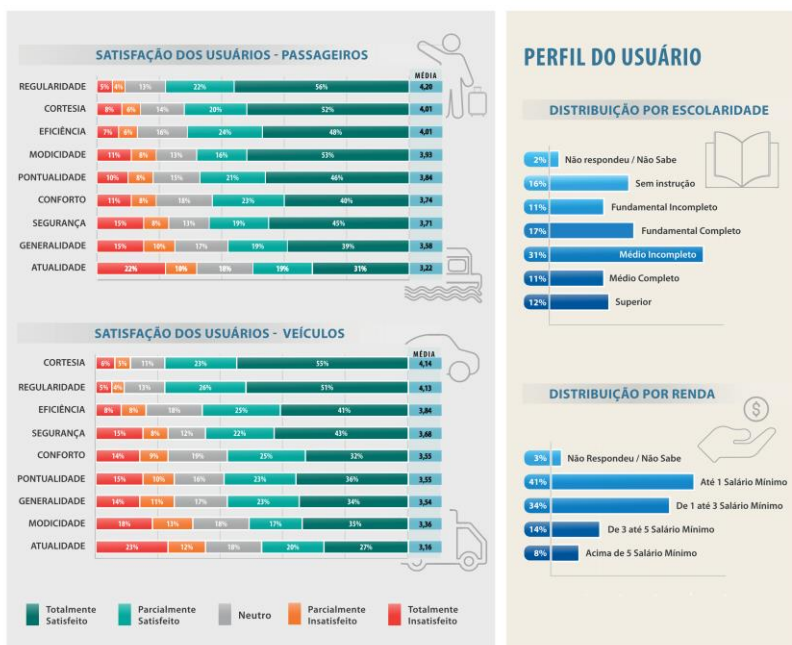
| REGIÕES | A | B | C | D | E | F | TOTAL |
|------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| AMAZÔNICA | 0% | 0% | 8% | 38% | 38% | 15% | 13 |
| CENTRO-SUL | 11% | 44% | 33% | 0% | 11% | 0% | 9 |
| NORDESTE | 8% | 17% | 50% | 17% | 8% | 0% | 12 |

A pontuação obtida pelas empresas com as notas dadas pelos usuários no ISA-Veículos e ISA-Passageiros classificam as empresas em "selos de qualidade", variando de: A (melhor situação em relação aos serviços prestados) → F (pior situação em relação à satisfação dos usuários).

Resultados

De um modo geral, o serviço de transporte de passageiros na navegação de travessia foi bem avaliado, ou seja, a maioria dos usuários manifestou estar "totalmente satisfeito".

Dos nove atributos avaliados, a regularidade, a cortesia e a eficiência foram os que receberam a melhor avaliação, enquanto os atributos generalidade e atualidade receberam as piores avaliações. Confira os resultados nacionais de satisfação dos passageiros e a classificação das empresas no transporte de passageiros e veículos no infográfico abaixo.



estudo completo está disponível no site da ANTAQ.

Metodologia

Além disso, o perfil dos usuários levantados no estudo permitiu definir o Usuário Padrão dos serviços de navegação de travessia como sendo um indivíduo do sexo masculino (39,6%), com idade entre 25 e 50 anos (64,2%), com escolaridade de nível médio (31%) e renda familiar de até três salários-mínimos (75%). Os principais motivos de viagem estão relacionados aos deslocamentos para o trabalho (52%) e a frequência de viagem mais comum é de 1 a 7 vezes na semana (52%).

Confira alguns dos principais da pesquisa no infográfico abaixo. O

A pesquisa foi customizada para a análise dos atributos de serviço adequado especificados na Lei nº 10.233/01 (lei de criação da ANTAQ) e subsidiariamente na Lei nº 8.987/95 (lei que estabelece o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos), resultando em nove atributos: Eficiência; Segurança; Modicidade; Atualidade; Generalidade; Cortesia; Conforto e Pontualidade.

Os resultados estão apresentados para o conjunto de todas as travessias avaliadas e, também, para cada uma das macrorregiões em que a pesquisa foi realizada, estratificados para passageiros (pedestres) e veículos (condutores)., uma vez que as características dos serviços oferecidos pelas Empresas Brasileiras de Navegação são diferenciadas.

Para quantificar em uma única "nota" os resultados das respostas dadas pelos usuários, a ANTAQ criou o Índice de Satisfação Agregado (ISA). A construção do índice foi precedida por uma análise multifatorial, usando o método de Componentes Principais para observar, a partir dos dados, qual variável (atributo) tem um peso maior, e qual é o peso de cada uma. Todos os cálculos do índice estão disponíveis no relatório da PSU-Travessia, na página da Antaq.

As notas, resultantes do cálculo do ISA-Passageiros e ISA-Veículos, também são responsáveis por classificarem as empresas prestadoras de serviço em "selos de qualidade", variando de A (melhor situação em relação à satisfação dos usuários) a F (pior situação em relação à satisfação dos usuários).

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 20/04/2023

Um total de 10 quilômetros de receberam obras de correção no pavimento, assegurando fluidez no tráfego e segurança aos motoristas



Empreendimento favorece o sistema de abastecimento e beneficia o turismo regional - Foto: Divulgação/DNIT

O escoamento de produção de hortifrutigranjeiros e o acesso às praias do litoral sergipano serão facilitados com a liberação de 10 quilômetros na BR-235/SE, favorecendo o sistema de abastecimento e beneficiando o turismo regional. Com investimento de aproximadamente R\$ 4,4 milhões, o trecho que abrange o km 0 ao km

114 da rodovia recebeu nova capa asfáltica, aumentando a segurança da via para os usuários.

Cerca de 9 mil veículos circulam pela BR-235/SE diariamente. As melhorias, realizadas pelas equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), abrangem os segmentos entre Aracaju e Itabaiana, beneficiando as cidades de Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Areia Branca.

Os serviços no estado também abarcaram o Km 1,3 da BR-235, com a ampliação de drenagem, resolvendo os problemas de macrodrenagem que afetavam moradores do Conjunto Lourival Batista, em Aracaju.

*Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 20/04/2023

REDE 5G AUMENTA SEGURANÇA NA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NO PORTO DE SUAPE

Essencial para o desenvolvimento de Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário de Suape agora opera com mais segurança e eficiência. Pela primeira vez na América Latina, uma rede 5G Standalone (SA) e câmeras inteligentes foram instaladas em um porto. O projeto automatiza a identificação de veículos no Porto de Suape.

Desenvolvida a partir de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e a Embratel, a novidade amplia possibilidades na segurança portuária. Câmeras foram instaladas com 5G e utilizam uma Inteligência Artificial que lê a tag presente em cada carro, monitorando a localização exata de cada chassi.

O sistema também permite que o horário de entrada, saída e até mesmo onde o veículo foi estacionado possa ser identificado. Essa visão completa do espaço promete inovar a logística de importação e exportação portuária

A expectativa é que o projeto possa ser estendido para outras regiões, alavancando a importância do segmento portuário no país. Esta é a análise do Diretor da Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Otto Luiz Burlier.

“A tecnologia pode apoiar no desenvolvimento da transformação digital da logística portuária no País, permitir a otimização da força de trabalho dos colaboradores do setor em atividades estratégicas, gerando o aumento da eficiência do setor portuário e a redução do custo Brasil”, afirma.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 20/04/2023

NA ESTRADA #003: O BRASIL VOLTOU

Terceiro episódio do podcast do Ministério dos Transportes traz um balanço da retomada dos investimentos em rodovias e ferrovias realizados nos primeiros 100 dias de gestão



Audiência pública em comissão da Câmara dos Deputados é um dos destaques do episódio - Foto: Márcio Ferreira/MT

O novo episódio do Na Estrada já está no ar com novidades a respeito da superação de metas estabelecidas na retomada de investimentos em obras que se encontravam paradas ou em ritmo muito lento assim como uma previsão do que o Ministério dos Transportes pretende realizar pelo Brasil até o fim do ano. O episódio também apresenta a participação do ministro Renan Filho durante audiência na Comissão de Viação e

Transportes da Câmara dos Deputados.



Com participações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de diversos deputados, além de entrevistas com o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, e com secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, o episódio pode ser acessado pelo Spotify ou pelo Soundcloud. Confira os principais pontos tratados no episódio dessa semana:

- Balanço do que foi feito nos primeiros 100 dias de governo;
- Investimentos realizados e número de contratos retomados ou intensificados;
- Comparativo dos primeiros três meses de governo com o que foi feito no mesmo período pela gestão anterior;
- Detalhamento de como é composto o orçamento do Ministério dos Transportes;
- Como os valores são direcionados para obras de rodovias e ferrovias;
- O que fazer para atrair investimentos privados e quais estratégias vêm sendo adotadas;
- Audiência com participação do ministro Renan Filho na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados;
- Entregas realizadas na BR-470, em Santa Catarina;
- Novos modelos de concessões e redução de tarifas de pedágio;
- Publicação de edital de contratação de obras na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, também conhecida como Fiol II.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 20/04/2023

CINCO PROJETOS DE RODOVIAS E FERROVIAS GANHAM PRIORIDADE PARA CAPTAR INVESTIMENTOS

Nos três primeiros meses do ano, o setor de transportes contou com duas emissões de debêntures incentivadas e três projetos aprovados enquadrados em Reidi

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, concedeu este ano incentivos fiscais quatro projetos do setor rodoviário e um do ferroviário. Duas concessões de rodovias poderão emitir debêntures incentivadas no valor de R\$ 374 milhões. Outros três pedidos – uma ferrovia e duas rodovias – serão enquadrados no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

Duas empresas receberam autorização para emitir as debêntures: Ecopistas, concessionária das rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, em São Paulo; e ECO135, concessionária responsável pelas rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, em Minas Gerais. Por meio do instrumento, as concessionárias lançam títulos no mercado e conseguem captar recursos privados para seus empreendimentos.

Regime especial

MRS Logística S.A., responsável pela administração de uma malha ferroviária de 1.643 quilômetros entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. e Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A., ambas administradoras de estradas de Minas Gerais, tiveram projetos aprovados em Reidi. No total, a estimativa dos projetos aprovados é de R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 1,4 bilhão para o segmento de rodovias.

Criado pela Lei Federal nº 11.488, o Reidi tem como objetivo a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura. O incentivo fiscal do regime consiste na suspensão da incidência das contribuições pra PIS (1,65%) e Cofins (7,6%) sobre as receitas decorrentes, destinadas à utilização ou incorporação em obras de infraestrutura.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 20/04/2023

MULTAS DE TRÂNSITOS EMITIDAS PELA UNIÃO PODEM SER PAGAS VIA PIX, BOLETO OU CARTÃO DE CRÉDITO

Resolução do Contran permite que órgãos atuadores federais possam aderir ao PagTeseuro, sistema de pagamento digital do Tesouro Nacional



Reunião do Conselho foi presidida pelo secretário-executivo do MT, George Santoro - Foto: Ricardo Botelho/MT

O Conselho Nacional de Trânsito aprovou (Contran) nesta quarta-feira (19) resolução que permite a ampliação de formas de pagamento de infrações de trânsito emitidas por órgãos atuadores da União. Com a norma, as entidades poderão aderir à plataforma digital PagTeseuro, da Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Facilitar a quitação de valores pendentes relacionados a infrações cometidas no trânsito e a regularização imediata do veículo pelos usuários é o principal objetivo da resolução, que ainda será publicada no Diário Oficial da União (DOU). Pelo PagTeseuro, é possível efetuar pagamento por Pix, cartão de crédito e boleto bancário.

“O Governo Federal trabalha por mais digitalização, mais fiscalização e menos mortes e acidentes. O cidadão terá mais facilidade, eficiência no serviço e otimização de tempo, pois não terá somente a opção realizar o pagamento via guia de recolhimento”, afirmou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, que presidiu a reunião do Contran.

Ao aprovar a minuta de resolução, que deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU), o Contran altera a Resolução 918/2022, que consolida as normas sobre os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do artigo 12 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Opções

Criada por meio do Decreto 10.494/2020, a ferramenta do Governo Federal permite o pagamento de taxas – como custas judiciais, emissão de passaporte etc. –, aluguéis de imóveis públicos, serviços administrativos e educacionais e multas federais, por exemplo, de diferentes formas. Antes do PagTeseuro, a única opção era emitir uma guia de recolhimento da União (GRU).

Outro efeito esperado da resolução do Contran é que os órgãos locais de trânsito também acabem aderindo à plataforma federal. “A expectativa é que os departamentos de trânsitos em todo o país possam se espelhar nessa decisão e possibilite a ampliação desse serviço para os motoristas locais”, disse o secretário nacional de Trânsito, Aduardo Catão.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 20/04/2023

CONSULTA PÚBLICA RECEBE CONTRIBUIÇÕES SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ

Com investimento de R\$ 3 bilhões nos primeiros anos, o empreendimento deve gerar mais de 3 mil empregos diretos e indiretos e ampliar a movimentação para 20 milhões de toneladas por ano.

Os usuários, agentes do setor aquaviário e interessados em arrendar a área ITG-02 do Porto de Itaguaí (RJ), podem contribuir para o aprimoramento do processo de licitação, por meio da consulta pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), vinculada do Ministério de Portos e Aeroportos, aberta nesta segunda-feira (10) até o dia 24 de maio.

A área arrendada receberá um novo terminal destinado à movimentação e armazenamento de grãos sólidos como minérios, fertilizantes e açúcar. O empreendimento ocupará uma área de 348.937 m², com a previsão de receber R\$ 3 bilhões em investimentos já nos primeiros anos de contrato, ampliando a capacidade de movimentação do porto para 20 milhões de toneladas por ano.

Os estudos desenvolvidos apontam que cerca de 2,8 mil empregos indiretos serão gerados durante as obras de implantação. Já na operação, serão criados mais de 250 diretos e outros 1,8 mil indiretos. A movimentação do novo terminal deverá incrementar a arrecadação do Imposto Sobre Serviço (ISS) do município de Itaguaí em até R\$ 1,2 bilhão, durante os 25 anos de duração do contrato, que poderá ser prorrogado pelo mesmo período.

Contribuições

O acesso aos documentos técnicos poderá ser feito neste link, que estará liberado a partir desta segunda-feira (10). Serão consideradas apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tratem das minutas disponibilizadas na consulta pública.

As contribuições deverão ser dirigidas à Antaq até às 23h59 do dia 24 de maio, exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da agência. Imagens digitais como mapas, plantas e fotos deverão ser enviados exclusivamente pelo endereço anexo_audiencia012023@antaq.gov.br, com a identificação do contribuinte e no prazo estipulado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 20/04/2023



PORTAL PORTO GENTE

UM PORTO PARA RECEBER OS MAIORES NAVIOS DO MUNDO

Editor Portogente

Não há nada mais difícil de controlar, mais perigoso de conduzir, ou mais incerto no seu sucesso, do que liderar a introdução de uma nova ordem (Machiavelli)

A prioridade do Porto de Santos, a partir de hoje, é focar na sua competitividade nos próximos 30 anos e manter a sua liderança que atravessa século, daqui para frente. Assim como o porto oceânico de Maasvlakte multiplicou a movimentação de mercadorias no porto de Roterdã/Holanda, o porto oceânico de São Vicente-Praia Grande vai estender o complexo portuário de Santos e multiplicar a sua movimentação. Deste modo, vai promover um novo e próspero ciclo de progresso dessa região portuária e de toda a sua hinterlândia.



Navio Mercosul Santos

Veja ainda * Porto de Santos para atender às exigências da nova era do comércio

<https://portogente.com.br/images/Navio-Mercosul-Santos.jpg>

Esse porto oceânico de São Vicente-Praia Grande/SP é um projeto de finalidade definida, há tempo, para aumentar a atual profundidade do Porto de Santos além da tentativa sem sucesso, anos atrás, dos 17 metros. Assim, receber os grandes navios do mundo e ser um porto Hub (concentrador) dos demais portos com pouca profundidade, impeditiva para operar nas grandes rotas internacionais do comércio marítimo.



A sua posição central na costa brasileira é um potencial subvalorizado, atualmente. Entretanto, é o principal porto do hemisfério sul.

Veja mais * *Alberto Mourão defende porto de águas profundas em Praia Grande e melhor futuro do Porto de Santos*

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114995-alberto-mourao-defende-porto-de-aguas-profundas-em-praia-grande-e-melhor-futuro-do-porto-de-santos>

A limitação de profundidade do canal de acesso, atual, impõe horas ociosas aos navios maiores, com calado acima de 15 metros, aguardando marés favoráveis, para entrar e sair do porto. Isto reflete negativamente na composição do frete. Além disto e concorrencialmente, o porto oceânico minimiza o custo portuário com dragagem. Como se percebe, no conjunto, trata-se de estabelecer naturalmente, parâmetros da navegação moderna, que otimiza o volume e agiliza a movimentação de carga, com entregas mais rápidas e possibilita preço final menor no mercado.

Veja mais * *Complexo aeroportuário oceânico de São Vicente-Praia Grande potencializa Porto de Santos*

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115368-complexo-aeroportuario-oceanico-de-sao-vicente-praia-grande-vai-potencializar-o-porto-de-santos>

Definir o modelo de negócio, para explorar o porto oceânico, é uma decisão com múltiplas possibilidades. De pronto, há diferentes e seguras estruturas para atrair o capital privado. Convém que a construção dessa infraestrutura tenha cunho oficial, de uso público e sob coordenação da autoridade portuária. Ao mesmo tempo, o projeto, a construção e a operação permitindo a participação de consórcios. Para os quais há um arcabouço legal robusto e eficaz para dar agilidade e segurança.

Veja ainda * *Distrito Portuário Alemoa: o retrato da omissão e de uma tragédia anunciada*

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115291-no-distrito-portuario-alemoa-tragedia-e-desleixo-moram-juntos>

Portogente abre espaço para debater o futuro do porto oceânico São Vicente-Praia Grande. A partir do dia 2/5, vai apresentar a ilustração do projeto pelo engenheiro naval José Carlos Harouche. Desse modo, divulga a oportunidade e estimula a participação de competências interessadas nessa solução. Entenda-se essa construção como uma decisão inevitável. Sua postergação até agora, sem sombra de dúvida, tem sido fruto da incompetência, má gestão ou propósitos imediatistas não republicanos.

Veja mais * *Resposta de SPA sobre dragagem do Porto de Santos gera dúvida*

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114791-resposta-de-spa-sobre-dragagem-do-porto-de-santos-gera-duvida>

Com a posse oficial, hoje, da nova diretoria do Porto de Santos, tem início a construção dos caminhos administrativos com destino ao porto do futuro. Sem prejuízo de concretizar o túnel submerso ligando as margens do atual canal de acesso. Uma autoridade portuária que tem todas as condições necessárias a uma realização exitosa. Trata-se de construir um processo de inovação, que vai fomentar progresso de um imenso potencial regional e do Brasil.

Veja mais * *Novos diretores do Porto de Santos irão construir túnel submerso e porto oceânico*

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115363-novos-diretores-do-porto-de-santos-irao-construir-tunel-submerso-e-porto-oceanico>

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 20/04/2023



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM PASSO IMPORTANTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Economia Azul representa uma oportunidade única para o Brasil, país que possui uma extensa costa marítima e uma grande variedade de recursos marinhos ainda inexplorados. O recente lançamento do programa BlueRio pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro é um passo importante para explorar essa oportunidade e deve ser seguido por outras iniciativas semelhantes em todo a nação.

A Economia Azul refere-se ao uso sustentável e responsável dos recursos marinhos para criar empregos, estimular o crescimento econômico e promover a preservação do meio ambiente. Isso inclui atividades como pesca, turismo, transporte marítimo, energia renovável, biotecnologia e tecnologia da informação.

O Brasil é um dos maiores produtores de pescado do mundo e possui uma vasta extensão de costa marítima, mas ainda tem muito potencial a ser explorado. O País pode se beneficiar significativamente da Economia Azul, gerando empregos, aumentando as exportações, diversificando a economia e promovendo o desenvolvimento sustentável.

No entanto, a exploração dos recursos marinhos deve ser feita de forma responsável e sustentável, evitando a degradação do meio ambiente e a exaustão dos recursos. O programa BlueRio é um exemplo de como essa exploração pode ser feita de forma colaborativa e inovadora, com a participação de empresas privadas, universidades e startups capazes de desenvolver soluções inovadoras aos desafios apresentados.

As autoridades brasileiras devem seguir o exemplo do Governo do Rio de Janeiro e incentivar iniciativas semelhantes em todo o país, investindo em pesquisas, tecnologias e infraestrutura para a Economia Azul. Além disso, é importante promover a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade na exploração dos recursos marinhos.

A Economia Azul representa uma oportunidade para o Brasil se tornar um líder global na exploração sustentável dos recursos marinhos, gerando empregos, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. É hora de as autoridades brasileiras aproveitarem essa oportunidade e trabalharem juntas para explorar o potencial da Economia Azul de forma responsável e sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/04/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INVESTIMENTOS 1

Os portos brasileiros devem receber R\$ 75,9 bilhões em investimentos privados deste ano até 2026, ou seja, durante o atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo projeção do Ministério de Portos e Aeroportos. Serão R\$ 7,1 bilhões relacionados às contrapartidas de renovações e prorrogações de contratos de arrendamento e concessões, R\$ 6,8 bilhões de novos arrendamentos portuários e R\$ 62 bilhões nos terminais de uso privado (TUP). Esses números foram apresentados pelo ministro Márcio França durante audiência pública no Senado na manhã de ontem, quarta-feira, dia 19.

INVESTIMENTOS 2

Na sessão, França também destacou que a expansão da infraestrutura portuária nos próximos anos ocorrerá seguindo recentes tendências internacionais, com os complexos marítimos avançando para

o mar e ganhando maior profundidade - e não se interiorizando, ocupando regiões mais “rasas”, demandando uma maior dragagem.

ITAJAÍ 1

O Porto de Itajaí (SC) começa a retomar suas operações. Na tarde de ontem, dia 19, recebeu dois navios, que atracaram nos berços 1 e 2 da APM Terminals. Um deles, o Canadian Highway, trouxe 276 veículos importados da montadora alemã BMW e o segundo, o Theodor, contêineres vazios.

ITAJAÍ 2

A vinda dos dois cargueiros foi destacada pelo superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga. “É com muita satisfação que recebemos estas atracações em dobro, isso demonstra a retomada na movimentação de contêineres no Porto de Itajaí. A confirmação do Governo Federal, em manter a autoridade portuária pública por mais 35 anos, certamente contribuirá na vinda de novas linhas para o nosso porto e conseqüentemente no aumento da movimentação de cargas no terminal”.

FERROVIA

O projeto de lei que regulamenta a implantação e a operação do Sistema Ferroviário Estadual (SFE) de Goiás, de autoria do Governo do Estado, foi aprovado em segunda e última votação na Assembleia Legislativa na última terça-feira. O texto já seguiu para sanção do governador Ronaldo Caiado. Esse regulamento define diretrizes para os regimes de exploração do transporte ferroviário de cargas e passageiros, impulsionando a integração entre os modais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/04/2023

NACIONAL - MÁRCIO FRANÇA QUER LEILOAR PASSAGENS QUE SOBREM EM AVIÕES

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, ideia foi sugerida pela Casa Civil e deve ser incluída ao programa “Voa Brasil” pelo Governo

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Márcio França esteve presente ontem na Comissão de Infraestrutura do Senado para explicar o plano de trabalho do Ministério para os próximos dois anos Crédito: Reprodução/Twitter/Márcio França

O MINISTRO ENFATIZOU QUE A IDEIA DO “VOA BRASIL” FOI UMA SUGESTÃO DAS EMPRESAS AÉREAS, QUE ALEGARAM PROBLEMAS E PEDIRAM APOIO NA REDUÇÃO DE CUSTOS, COMO NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, afirmou ontem (19), que o Governo Federal pretende acrescentar ao programa “Voa Brasil” o leilão dos assentos finais das aeronaves que sobrem. De acordo com França, a prática é comum em aeroportos europeus e a ideia foi sugerida pela Casa Civil.

O programa “Voa Brasil” vai oferecer passagens aéreas a funcionários públicos, estudantes e aposentados a R\$ 200. A expectativa é que ele saia do papel no segundo semestre deste ano. Entre os critérios está o salário de R\$ 6.800 e não estar habituado a voar. O Governo vai indicar os CPFs dos cidadãos que não viajam de avião com frequência.

“Nessa proposta dos R\$ 200, acrescentamos sugestão da Casa Civil, que é: em sobrando espaço físico depois de tudo acontecer, que também haja leilões no próprio aeroporto para vagas finais, procedimento feito no aeroporto. Se alguém que tenha mais tempo, possa antecipar passagem, vender passagem... Na Europa é muito comum, estudantes ficam nos principais aeroportos esperando o leilão, feito de maneira muito rápida. Vamos acrescentar nessa proposta”, explicou.

Márcio França esteve presente ontem na Comissão de Infraestrutura do Senado. Ele foi convidado pelos parlamentares para explicar o plano de trabalho da pasta nos próximos dois anos. Na ocasião, os parlamentares relataram os problemas dos aeroportos dos seus estados e debateram as ideias do “Voa Brasil”.

O ministro enfatizou que a ideia do “Voa Brasil” foi uma sugestão das empresas aéreas. Segundo França, ele foi procurado pelas três empresas que operam no Brasil — Tam, Gol e Azul — alegando problemas e pedindo apoio na redução de custos, como no preço dos combustíveis.

Segundo o titular de Portos e Aeroportos, o programa “Voa Brasil” tem sido construído com base nos períodos em que as companhias enfrentam ociosidades nos voos. O ministro apontou que os assentos costumam ficar vazios entre o final do Carnaval, meados de junho e entre agosto e novembro.

“Não vai ser o voo que quiser. Vai ser o voo que estiver disponível em horários intermediários e de baixa temporada. Isso depois pode se amarrar também no fato de que determinadas cidades podem acoplar esse sistema junto ao Ministério do Turismo para que as pessoas possam completar esse programa com outras atividades com desconto nesse período”, destacou França.

O ministro também voltou a negar que o programa terá subsídio do Governo Federal. “O que eles (companhias aéreas) nos pedem é que, no aplicativo deles, sem nenhum subsídio, eles implantem os voos que vão ser R\$ 200 e nós vamos dizer: essa pessoa não voou há um ano. Se a pessoa não voou há um ano, pode comprar. Se a pessoa for financiar, aí tem diversas possibilidades”, explicou.

O financiamento das passagens aéreas será feito através dos bancos públicos como a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil. Inicialmente, o anúncio da proposta causou repercussão no governo, incluindo bronca em público do presidente Lula contra medidas anunciadas sem o aval da Presidência. Porém, recentemente, o ministro declarou que Lula já está de acordo com o programa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/04/2023

NACIONAL - ANTAQ PUBLICA PESQUISA DE SATISFAÇÃO ENTRE USUÁRIOS DE NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA

Segundo o primeiro levantamento feito pela agência reguladora, a maioria disse estar totalmente satisfeita

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



A regularidade, a cortesia e a eficiência na navegação de travessia foram os quesitos que receberam a melhor avaliação na pesquisa realizada pela Antaq
Crédito: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) divulgou ontem (19), a primeira pesquisa de satisfação dos usuários da navegação de travessia. E segundo o levantamento, a maioria dos usuários manifestou estar totalmente satisfeita.

O estudo tem como objetivo analisar a percepção dos usuários quanto aos serviços prestados pelas Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) autorizadas pela Antaq a operar na navegação interior de travessia, tanto no transporte de passageiros como no de veículos.

Ao todo, foram feitas 8.852 entrevistas presenciais, divididas entre passageiros e condutores de veículos, em três macrorregiões: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.

Entre os nove pontos analisados, a regularidade, a cortesia e a eficiência foram os que receberam a melhor avaliação. Já a generalidade e atualidade receberam as piores avaliações.

O perfil dos usuários também foi detectado na pesquisa. O usuário padrão dos serviços de navegação de travessia é o cidadão do sexo masculino (39,6%), com idade entre 25 e 50 anos (64,2%), com escolaridade de nível médio (31%) e renda familiar de até três salários-mínimos (75%).

Os principais motivos de viagem estão relacionados aos deslocamentos para o trabalho (52%) e a frequência de viagem mais comum é de um a sete vezes na semana.

“Essa pesquisa é uma surpresa agradável e grandiosa e que abrangeu todo o Brasil. A grande finalidade da pesquisa é ter um termômetro de como os usuários enxergam as prestações de serviço e, a partir disso, direcionar ações de aprimoramento das fiscalizações e regulações, focando em melhorar os serviços”, disse o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery.

O transporte de travessia ajuda na integração regional. Também é determinante em diversos municípios isolados no interior do Brasil, essencial para viabilizar as atividades rotineiras das populações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/04/2023

NACIONAL - COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REQUERIMENTO PEDINDO EXPLICAÇÕES DE DIRETOR DA ANEEL

Hélio Guerra disse no mês passado que parlamentares são movidos por lobbies e desconhecem o setor de energia

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O diretor da Aneel, Hélio Guerra, deu a declaração polêmica no dia 29 de março, fazendo referência ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 365 Crédito: Saulo Cruz/Aneel

A Comissão de Minas e Energia aprovou ontem um requerimento para que o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hélio Neves Guerra, explique a afirmação de que o Congresso Nacional é “movido por lobbies” e que os parlamentares “desconhecem o setor de energia”. O autor do requerimento é o deputado federal Danilo Forte (União-

CE).

Guerra deu essa declaração no dia 29 de março, fazendo referência ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 365, aprovado pela Câmara e aguardando análise no Senado.

O PDL 365 suspende novas regras estabelecidas pela Aneel em setembro de 2022. Em junho do mesmo ano, a agência havia aprovado a Resolução nº 1.024, que resultou na desestabilização das tarifas de uso de transmissão para geradores de energia conectados no Sistema Interligado Nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/04/2023

ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – O ACORDO DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO E AS SOLUÇÕES ANTECIPADAS

Por **MILENA CASTRO**

A ideia de resumir aqui as recomendações do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) não exige que essas “pílulas” sigam a sequência exata dos seus artigos. Talvez você não tenha se dado conta, mas começamos pelo Artigo 7 da Seção I – que mereceu atenção especial por tratar de questões sobre o despacho aduaneiro – e seguimos falando desse trecho há mais de um mês. Agora vamos dar um pulo para trás, especificamente para o Artigo 3, que aborda um tema importante para os importadores e exportadores, mas que também precisa ser conhecido pelo nosso setor, que eventualmente pode atuar em nome desses clientes.

Trata-se das “Soluções Antecipadas”, expressas pelos órgãos governamentais de um país-membro da OMC por escrito ao importador, ao exportador ou a outro requerente de certo bem, antes da importação, sobre o tratamento aduaneiro que será dispensado na importação. Elas devem conter a classificação tarifária do bem e sua origem, os critérios para determinar o valor aduaneiro, as exigências para reduzir ou isentar o valor, as regras para incluir quotas tarifárias e outros dados que o país julgar necessários.

O país deve emití-las em um prazo predeterminado, podendo recusar-se a fazê-lo quando a questão tratada no requerimento estiver pendente de decisão diante de qualquer órgão governamental ou da Justiça, ou se tiver sido objeto de decisão judicial anterior.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/04/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS - CONSAD APROVA NOVA DIRETORIA DO PORTO DE SANTOS

Anderson Pomini, advogado e ex-secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo, é o novo presidente da estatal

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Anderson Pomini, advogado e ex-secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo, é o novo presidente da estatal

AS INDICAÇÕES DOS CINCO DIRIGENTES FORAM APROVADAS PELA CASA CIVIL NO DIA 14 E ENVIADAS PARA A SPA, PARA AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO. A ANÁLISE FOI CONCLUÍDA ONTEM, SENDO APRESENTADA PARA O CONSAD

O Conselho de Administração (Consad) da Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) aprovou nesta manhã (20) os nomes indicados pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para a nova diretoria da companhia.

A composição atual ficou assim: Anderson Pomini, advogado e ex-secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo, é o novo presidente da estatal; Bernadete Bacellar do Carmo Mercier, advogada e ex-superintendente jurídica da SPA, assumiu a Diretoria de Administração e Finanças; Eduardo Lustoza, engenheiro e ex-gerente de Planejamento e Desenvolvimento de Áreas e Instalações da SPA, será o responsável pela pasta de Desenvolvimento de Negócios e Regulação; Antônio de Pádua de Deus Andrade, ex-diretor de Engenharia da companhia, que já foi ministro da Integração Nacional, vai coordenar a Diretoria de Operações; Carlos Eduardo Bueno Magano, engenheiro, ex-diretor da Docas e ex-presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), ficou com a pasta de Infraestrutura.

Antes da reunião, o órgão oficializou o término da gestão da diretoria que atuava até então, formada por Marcus Mingoni (diretor de Administração e Finanças e presidente interino), Afrânio de Paiva Moreira Júnior (diretor de Infraestrutura) e Marcelo Ribeiro de Souza (diretor de Operações).

Os cinco novos nomes foram selecionados pelo ministro Márcio França e por aliados do Governo Federal nas últimas semanas. As indicações foram aprovadas pela Casa Civil na sexta-feira passada (14) e, em seguida, enviadas para avaliação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da SPA. O processo foi concluído ontem (19), com chancela do Consad nesta manhã.

Demais indicados



Bernadete Bacellar do Carmo
Mercier deve assumir a Diretoria de
Administração e Finanças



Eduardo Lustoza é cotado
para a pasta de Desenvolvimento
de Negócios e Regulação



Antônio de Pádua de Deus
Andrade deve coordenar a
Diretoria de Operações



Carlos Eduardo Bueno
Magano cuidará da pasta
de Engenharia

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/04/2023

REGIÃO SUDESTE - PROGRAMA DE ECONOMIA AZUL DO RJ BUSCA SOLUÇÕES PARA QUESTÕES SOBRE O OCEANO

Projeto BlueRio tentará captar startups para enfrentar desafios ambientais

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



O vice-governador e secretário estadual do Ambiente e Sustentabilidade Thiago Pampolha representou o Governo do Rio na solenidade de lançamento do BlueRio
Crédito: Fernando Frazão/Agência Brasil

O Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou nesta semana o BlueRio, primeiro programa colaborativo de Economia Azul da América Latina. O projeto, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a consultoria de inovação aberta Beta-i Brasil, terá a participação de diversas empresas, conforme anunciado. O objetivo do BlueRio é solucionar os mais

variados desafios em cinco macroáreas de impacto: saneamento, portos e logística, navegação, sustentabilidade e energia.

A Economia Azul é um conceito que se refere ao uso sustentável e responsável dos recursos marinhos para criar empregos, estimular o crescimento econômico e promover a preservação do meio ambiente. Segundo o Governo do Rio, a ideia é conectar o poder público, a UERJ e grandes empresas privadas com startups capazes de desenvolver soluções inovadoras aos problemas apresentados.

O governador Cláudio Castro (PL) está cumprindo agenda no exterior, e foi representando na solenidade pelo vice-governador e secretário estadual do Ambiente e Sustentabilidade Thiago Pampolha.

“O BlueRio vem ao encontro do momento estratégico que o estado do Rio de Janeiro atravessa, com grandes investimentos em políticas ambientais e sinergia entre desenvolvimento econômico e a adaptação às mudanças climáticas. Estamos novamente colocando o território fluminense em uma posição de vanguarda, não somente no Brasil, mas também na América Latina”, afirmou Pampolha.

Segundo ele, serão investidos ao todo R\$ 2 milhões, sendo que R\$ 500 mil serão aportados para estruturar um laboratório vinculado ao curso de oceanografia da UERJ. Os R\$ 1,5 milhão restantes serão destinados ao mapeamento dos desafios e à aceleração das startups.

Ao todo, sete empresas se comprometeram em participar e apoiar o programa: Águas do Rio, Oceanpact, Vibra Energia, Porto do Açú, PetroGalGalp, Cedae e Wilson & Sons.

A BlueRio desenvolve diversas ações em concordância com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Dentre elas, o Programa Estadual de Segurança Hídrica (Prosegh), o Programa de Saneamento Ambiental (PSAM), o Sanear Guandu, as políticas para água de reuso e logística reversa, e o Ambiente Jovem, maior programa de educação ambiental do Brasil.

Para o desenvolvimento do hub, foi feita a parceria com a Beta-i Brasil. A consultoria já atua como aceleradora de startups em iniciativas semelhantes em locais como Europa e Ásia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/04/2023

REGIÃO SUL - PORTO DO RIO GRANDE TEM MELHOR 1º TRIMESTRE DA HISTÓRIA EM MOVIMENTAÇÃO

Dados foram divulgados pela Portos RS; Porto Alegre também apresenta bons números no período
Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



O mês de maior movimentação no primeiro trimestre do ano em Rio Grande foi março, quando foi registrada a movimentação de 3.350.038 toneladas Crédito: Divulgação

O Porto do Rio Grande registrou a movimentação de 8.995.711 toneladas nos três primeiros meses de 2023, 17.680 a mais em comparação ao mesmo período do ano passado. É o melhor trimestre da história do cais, de acordo com a Portos RS. O complexo de Porto Alegre também apresentou números positivos, segundo a Autoridade Portuária.

O mês de maior movimentação no primeiro trimestre do ano em Rio Grande foi março, quando foi registrada a movimentação de 3.350.038 toneladas.

Segundo a Portos RS, os granéis sólidos lideraram a lista de movimentações no complexo rio-grandino, com 5.266.028 toneladas. Em segundo lugar aparece as cargas gerais (2.774.662 toneladas), e na terceira posição os granéis líquidos (955.021 toneladas).

Os responsáveis pelo crescimento são o milho, com aumento de 155.83%, o fosfato, com aumento de 139.17%, e o cloreto de potássio, com aumento de 20,04%. Quanto aos contêineres, foram movimentadas 85.302 unidades cheias e outras 58.094 vazias, totalizando 143.396 unidades no primeiro trimestre.

O principal destino das exportações segue sendo a China, seguida por Polônia, Vietnã, Portugal e pela Arábia Saudita. De acordo com a Autoridade Portuária, juntos, esses países respondem pela movimentação de 2.274.247 toneladas. Já as importações têm como origem a Argentina, seguida por Marrocos, Canadá, China e Estados Unidos, totalizando 849.518 toneladas.

O número de embarcações recebidas ao longo dos últimos 90 dias foi de 935, sendo 772 delas só no Porto do Rio Grande e nos terminais do Superporto, o que corresponde a 82,57% do valor total. Em

segundo lugar está Pelotas, por onde passaram 130 embarcações, e Porto Alegre em terceiro, com outros 33 navios.

Depois do Rio Grande, o segundo cais a registrar crescimento no primeiro trimestre foi o de Porto Alegre. Em comparação com os primeiros três meses de 2022, o terminal teve aumento de 12.112 toneladas. Segundo a Portos RS, entre as cargas movimentadas estão a cevada, os fertilizantes, o sebo bovino e as cargas gerais.

Por ordem de quantidade, as cargas desembarcadas no porto da capital têm como origem Arábia Saudita, Argentina, China, Israel, Marrocos, Rússia e Venezuela.

Já no Porto de Pelotas as movimentações no primeiro trimestre fecharam com a marca de 311.696 toneladas. As principais cargas movimentadas foram as toras de madeira e o clínquer. Foram 281.051 toneladas de madeira e outras 30.645 toneladas do produto que é considerado o cimento em sua fase bruta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/04/2023

NACIONAL - LOG-IN INICIA NOVO SERVIÇO COM ROTA EXPRESSA ENTRE MANAUS E O PORTO DE SANTOS

Serviço Expresso Amazonas tem como objetivo atender as demandas logísticas da região Norte

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



O Serviço Expresso Amazonas contará com uma rota direta entre Manaus e Santos, sem escalas, reduzindo para aproximadamente nove dias o tempo de viagem das cargas Crédito: Divulgação/Log-In Logística

A Log-In Logística Intermodal anunciou na última terça-feira (18) o lançamento do novo Serviço Expresso Amazonas. O serviço, segundo informou a empresa, vai contar com uma rota direta entre Manaus e o Porto de Santos.

O objetivo principal, de acordo com a empresa, é de atender as demandas logísticas da região Norte, sobretudo, do polo industrial da capital amazônica, além de oferecer as chamadas rotas inteligentes, visando que as cargas cheguem mais rápido ao destino final.

O Serviço Expresso Amazonas contará com uma rota direta entre Manaus e Santos, sem escalas, reduzindo para aproximadamente nove dias o tempo de viagem das cargas transportadas entre esses portos. No sentido Norte, o serviço escalará os portos de Santos, Navegantes, Salvador, Suape e Pecém.

O novo serviço contará, a princípio, com dois navios adicionais à frota da Log-In, afretados para emprego na cabotagem. Inicialmente, o serviço irá operar com saídas quinzenais e embarques regulares, garantindo mais flexibilidade nas datas das escalas e maior capacidade ofertada para o



transporte de cargas principalmente de e para Manaus, que correspondem a inúmeros tipos de produtos, como alimentos, bebidas, eletrônicos, linhas brancas, entre outros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/04/2023



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PREVISÃO DE MARÉ ELEVADA E MAR AGITADO SE MANTÉM ATÉ SEXTA-FEIRA, DIZ NPH-UNISANTA

Informações: Santaportal (20 de abril de 2023)

O Núcleo de Pesquisas Hidrodinâmicas (NPH) Unisanta prevê que os próximos dias também sejam de mar agitado e maré elevada, em Santos – na tarde de terça (18), os sensores da Praticagem de São Paulo registraram por volta das 14h, 1,9m de nível do mar na Baía de Santos, 2,1m no interior do estuário e ondas entre 0,8m e 1,1m na Baía de Santos.

Segundo o NPH-Unisanta, até sexta-feira (21) a previsão de maré elevada e mar agitado se mantém, com nível do mar podendo superar 2,0 m na Baía de Santos e 2,2 m no interior do estuário por volta das 15h de quinta-feira (20) e sexta, o que representa um aumento de 70 cm em relação à tábua de marés.

Com relação à agitação marítima, a previsão indica um aumento na altura significativa das ondas em relação a previsão anterior, com ondas entre 1,5m e 2,5m na região da Baía de Santos na sexta-feira.

De acordo com o Plano Municipal de Contingência para Ressacas e Inundações de Santos, o estado é de alerta devido à previsão de nível do mar acima de 2,0m na região da Baía de Santos.

Se as previsões oceanográficas se confirmarem, há possibilidade de alagamentos nos períodos de maré elevada e algum impacto nas estruturas urbanas costeiras no município de Santos devido à intensidade e direção preferencial das ondas.

O NPH-Unisanta ressalta ainda que essas informações são baseadas em previsões de modelos numéricos, podendo sofrer alterações ao longo do tempo. Os pesquisadores do NPH e da Defesa Civil de Santos recomendam o acompanhamento das previsões oceanográficas e meteorológicas e das condições do mar nos próximos dias.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/04/2023

BRASIL QUASE DOBRA EXPORTAÇÃO DE GENÉTICA AVÍCOLA

Informações: ANBA (20 de abril de 2023)

São Paulo – O Brasil exportou 3,03 mil toneladas de genética avícola em março, superando em 93,7%, ou quase dobrando as vendas do mesmo mês de 2022, de acordo com informações divulgadas nesta quarta-feira (19) pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Os produtos incluem pintos de um dia e ovos férteis.

Em receita, a exportação cresceu 84,7% em igual comparação, para US\$ 27,842 milhões.

No primeiro trimestre do ano, as vendas de genética avícola avançaram 92,5%, com 7,685 mil toneladas exportadas em 2023. A receita chegou a US\$ 70,080 milhões, 70,3% maior que a registrado nos três primeiros meses de 2022.



O país que mais comprou genética avícola brasileira em março foi o México, com 1,719 mil toneladas e crescimento de 279%. Se destacaram como destino também Peru e Paraguai.

“Os países da América Latina expandiram as suas importações em março, superando destinos tradicionais do setor, como Senegal. Venezuela, Arábia Saudita e União Europeia também fizeram compras significativas no mês, reforçando a posição brasileira como plataforma exportadora de genética avícola, que é um segmento de alto valor agregado na avicultura”, disse o presidente da ABPA, Ricardo Santin, em nota divulgada.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 20/04/2023

LÍBIA AUMENTA EM 550% COMPRAS DE PEIXES DO BRASIL

Informações: ANBA (20 de abril de 2023)

São Paulo – A Líbia, país árabe do Norte da África, aumentou em 550% as importações de peixes do Brasil no ano passado em relação ao ano anterior. O país foi o quarto destino dos embarques dos pescados, de acordo com estudo realizado pela unidade Pesca e Aquicultura da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com a Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR).

O levantamento aponta que o Brasil faturou US\$ 23,8 milhões com exportações de peixes em 2022, com crescimento de 15% sobre 2021. Foi o melhor desempenho da história do setor. A tilápia respondeu pela maior quantidade vendida, com 98% do total das exportações, em um valor de US\$ 23,2 milhões e aumento de 28%.

Os Estados Unidos foram o maior destino dos pescados brasileiros no ano passado e responderam por 81% das compras. Em seguida, o maior mercado foi Canadá, com 5%, e depois vieram Taiwan, Líbia e México. As vendas à Líbia cresceram significativamente apesar de não terem havido exportações no quarto trimestre do ano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 20/04/2023

BRASIL BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO POR NAVIO PUXADO PELA VENDA DE CELULOSE

Informações: Veja (20 de abril de 2023)

Com mais de 164 milhões de toneladas de produtos saindo dos portos brasileiros rumo ao mercado internacional, o país foi o recordista mundial em exportação por via marítima no primeiro trimestre deste ano. O volume representa aumento de 7,8% em relação com o mesmo período do ano anterior.

Neste trimestre, os produtos brasileiros embarcados para o exterior renderam mais de 67 bilhões de dólares. Os principais compradores são a China, os Estado Unidos, Malásia, Holanda e Japão. Os dados são do levantamento DATaPort, com base no Portal do Comércio Exterior do Brasil.

A celulose teve papel importante nas exportações marítimas. O Brasil vendeu cinco milhões de toneladas do produto, 17,5% a mais do que o mesmo período em 2022, ano recorde para o setor. As vendas ultrapassam os dois bilhões de dólares.

“Os números do terceiro trimestre mostram a recuperação do comércio exterior no Brasil”, disse Murillo Barbosa, diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados.

Outras mercadorias também alcançaram números impressionantes. O país escoou quase 10 milhões de toneladas de milho e cerca de 25 milhões de toneladas de combustíveis.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 20/04/2023



GOVERNO ESTUDA FOTOGRAFIA DE MALAS ANTES DE EMBARQUE EM VOOS INTERNACIONAIS

Informações: CNN Brasil (20 de abril de 2023)

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, afirmou, nesta quarta-feira (19), que o governo federal vai dialogar com os aeroportos internacionais no Brasil para que as malas sejam fotografadas antes do embarque de voos para o exterior.

A intenção, relatou, é que o passageiro já receba no celular a fotografia da bagagem antes de embarcar. Em sua avaliação, a fotografia é um “passo simples” que pode aumentar a segurança das malas e o bem-estar de passageiros.

A declaração foi dada em audiência pública conjunta das comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

Segundo França, o assunto já foi discutido com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, uma vez que a pasta é responsável pela Polícia Federal (PF).

“Liguei para o Flávio Dino. Como é competência da PF essa parte da alfândega em diante, é a Receita e a PF, sugeri a ele, e ele concordou, vamos conversar com todos os aeroportos que têm voos para o exterior, que não são tantos, para que cada vez que a pessoa for embarcar uma mala, aquilo seja fotografado e remetido ao celular da própria pessoa que está embarcando, ao mesmo tempo.”

A possibilidade se tornou alvo de avaliação após a prisão injusta de duas brasileiras, por 38 dias, na Alemanha, por suspeita de tráfico de drogas. Elas tiveram as malas trocadas por bagagens com drogas no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, o principal aeroporto internacional do país. As bagagens com cocaína estavam etiquetadas com os nomes delas, mas não eram as malas que haviam despachado.

A base para a liberação das brasileiras foram as imagens que mostram as bagagens sendo trocadas em Guarulhos. Segundo a Polícia Federal, um dia antes do embarque do casal de brasileiras, outra goiana teve a etiqueta da mala trocada por bagagem com drogas ao viajar para Paris, na França, mas não foi presa.

Segundo o ministro Márcio França, uma fotografia das bagagens antes do despacho “daria a essas moças a chance de chegar lá e falar ‘olha, essa mala não é a minha’”.

Ele disse ainda que a quadrilha envolvida na troca de bagagens é suspeita de participar do desaparecimento de um “cachorrinho”. Ele não detalhou qual caso seria.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/04/2023

PORTO DO ITAQUI PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE SETOR PORTUÁRIO NO SENADO FEDERAL

Informações: Portal TV Cariri (20 de abril de 2023)

O presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Gilberto Lins, participou, na manhã dessa quarta-feira (19), da audiência pública sobre os setores portuário e aeroportuário promovida pelas Comissões de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR), no Senado Federal, em Brasília.

Na ocasião, o ministro de Portos e Aeroportos (MPOR), Márcio França, apresentou aos senadores presentes um panorama da sua pasta e as perspectivas de atuação do novo governo em relação à infraestrutura portuária e aeroportuária para os próximos dois anos.

Para o presidente da EMAP, Gilberto Lins, a participação na audiência é uma demonstração de alinhamento com os planos do ministério para o setor.

“O Porto do Itaqui é um porto delegado ao Maranhão e estratégico para o estado, o país e o mundo. Nosso porto representa um exemplo de sucesso, com investimentos em infraestrutura portuária via recursos públicos e privados, gestão moderna e projetos de inovação e sustentabilidade, alavancando não só o agronegócio, como também o setor energético”, afirmou.

Durante a audiência, o ministro Márcio França destacou a importância dos portos brasileiros para o comércio exterior e o potencial nacional no tráfego marítimo sul-americano, além de discutir propostas para expansão de hidrovias e incentivo ao setor aeroportuário do país.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/04/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CRIAÇÃO DA AUTORIDADE CLIMÁTICA DEPENDE DE ESPAÇO NO ORÇAMENTO, DIZ MARINA SILVA

Ministra diz que espera poder tirar “em breve” a Autoridade Nacional de Segurança Climática do papel

Por Larissa Fafá 20 de abril de 2023 Em Meio ambiente, Política energética, Transição energética



Marina Silva, durante assinatura de acordo de cooperação para o plano Safra (Diogo Zacarias, Ministério da Fazenda)

BRASÍLIA — A ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (Rede), disse, nesta quinta-feira (20/4), que espera poder tirar “em breve” a Autoridade Nacional de Segurança Climática do papel. Ela condicionou a criação do órgão, no entanto, a um espaço no Orçamento para criação de novas despesas.

“Se Deus quiser, em breve, como parte dos compromissos do presidente Lula de criar a Autoridade Nacional do Clima, e isso vai acontecer à medida que tenhamos um melhor desempenho fiscal”, afirmou, em evento transmitido pelas redes sociais.

A criação da autarquia foi promessa de campanha do atual governo. Trata-se de uma proposta inicialmente encabeçada pela ministra – e sua inclusão nas prioridades da agenda climática de Lula foi decisiva para que Marina apoiasse formalmente a candidatura petista em 2022.

A criação da Autoridade foi prometida para março pela própria Marina, quando ela tomou posse como ministra no início do ano.

Autoridade era prioridade dos 100 primeiros dias de governo

A autarquia faria parte de um pacote de mudanças na estrutura da política de meio ambiente, dentro das medidas prioritárias dos cem primeiros dias de governo.



Junto da criação da Autoridade, Marina anunciou, no início do ano, a recriação da Secretaria Nacional de Mudança Climática e o lançamento da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial e Fundiário.

Em sua concepção, a Autoridade tem como finalidade regular, monitorar e supervisionar a implementação de ações relativas às políticas e metas setoriais de mitigação, adaptação, promoção da resiliência às mudanças do clima.

Ou seja, atuará como uma espécie de agência reguladora de mudanças climáticas que pode, na prática, ficar responsável pela implementação do mercado de crédito de carbono, por exemplo.

Neste momento, as mudanças na estrutura do Executivo, bem como novas contratações, devem ser priorizadas para recomposição dos quadros de órgãos já existentes – incluindo concursos para contratações no Ibama e ICMBio.

No evento desta quinta, a ministra voltou a garantir a criação do Conselho sobre Mudanças Climáticas, mas sem dar detalhes sobre prazos. Era outra promessa para os primeiros três meses que, até então, não foi viabilizada.

A ideia é que o Conselho seja composto por representantes de todos os ministérios do governo, estados, municípios e da sociedade civil – uma espécie de redesenho do atual Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde.

Agenda verde da Fazenda ainda passará pelo MMA

Marina Silva também disse que as propostas que têm sido trabalhadas no Ministério da Fazenda, dentro da agenda de transição ecológica, ainda serão pauta de reuniões entre os ministérios.

“Hoje eu tive uma forte sinalização ali com o ministro [Fernando] Haddad dizendo que ele está trabalhando o Plano da Transição Ecológica. Em breve, vamos estar nos reunindo para fazer ali as devidas interações”, disse.

Na semana passada, o assessor especial da Fazenda, Rafael Dubeux, disse em entrevista ao Estado de S. Paulo que a pasta está trabalhando em uma iniciativa para impulsionar a economia em ações sustentáveis e que o “pacote verde” deve ser lançado em maio.

Segundo o jornal, o pacote verde tem seis eixos de atuação, com medidas de incentivos econômicos; fomento de novas tecnologias; bioeconomia; transição energética; resíduos; e infraestrutura para mudanças climáticas.

O plano de transição ecológica de Haddad, segundo a ministra do Meio Ambiente, é um exemplo que reforça a proposta de uma agenda ambiental transversal em todo o Executivo.

“Essas diretrizes agora elas não são mais nossas, só nossas, elas são de todo o governo”, completou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 20/04/2023

FRENTE PARLAMENTAR PROMETE FOMENTAR ENERGIAS LIMPAS PARA TRANSIÇÃO JUSTA

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa terá GTs de transição energética e mercado de carbono

Por Millena Brasil 20 de abril de 2023 Em Congresso, Eólica, Meio ambiente, Solar, Transição energética



Deputada Socorro Neri (PP/AC) será líder da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa (foto: Câmara dos Deputados)

BRASÍLIA – Deputados e senadores lançaram, esta semana, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa.

O grupo reúne 210 parlamentares em prol da economia de baixo carbono e terá na transição energética e no mercado de carbono dois dos eixos temáticos de sua agenda.

A frente vê nas renováveis um importante vetor da descarbonização e promete defender a disseminação das energias limpas entre as diferentes regiões do país.

“Não dá para falarmos de transição climática justa sem incluirmos a discussão da transição energética”, declarou a deputada Socorro Neri (PP/AC).

A acreana vai liderar a frente ao lado do senador Nelsinho Trad (PSD/MS), que ocupará a vice-presidência.

Em defesa dos empregos verdes

Um dos focos da frente será o debate sobre a criação de empregos verdes e a inclusão dos grupos mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Ex-prefeita de Rio Branco (AC), Socorro Neri disse à epr que o grupo deve discutir a expansão do uso de fontes limpas não apenas nos estados brasileiros que se destacam no setor, mas em regiões que ainda não contam com uma presença expressiva de renováveis.

“O Brasil tem sido um modelo para o mundo na questão das energias renováveis e limpas, apresentando soluções muito importantes, mas é claro que nós pensamos em continuar avançando não apenas nos estados que já têm hoje um percentual muito expressivo de energia limpa, mas também nos outros estados”, afirmou.

“Todos os estados brasileiros têm o potencial de avançar em novas formas de energias renováveis e limpas que, de fato, atendam às necessidades da transição climática”, acrescentou.

Exploração de óleo e gás no radar

A deputada adiantou que a frente também deve ficar de olho em propostas que possam causar prejuízos ao meio ambiente – como, por exemplo, a estratégia de exploração de óleo na Bacia da Foz do Amazonas pela Petrobras nos próximos anos.

“Nosso foco é buscar conciliar o desenvolvimento econômico com a agenda da transição climática, colocando no centro as populações locais e os povos originários que precisam de oportunidades de desenvolvimento. Não estaremos, em nenhum momento, apoiando medidas que venham a ser danosas ao meio ambiente”, manifestou Neri.

Com o apoio de entidades ambientais, a frente quer contribuir para o aprimoramento de planejamentos setoriais e atuar no desenvolvimento de observatórios de políticas nacionais, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Eixos temáticos

Para lidar com a interdisciplinaridade do tema, a frente está estruturada em grupos de trabalho.

Serão prioridades os eixos:

- povos e populações mais vulneráveis às emergências climáticas;
- gênero e clima;



- educação para a cidadania climática;
- transição para o desenvolvimento econômico de baixas emissões;
- transição energética;
- resiliência urbana aos desastres ambientais;
- mercado de carbono e planos setoriais.

O deputado Pedro Campos (PSB/PE) ficará a cargo do GT de transição energética.

Já Amom Mandel (Cidadania/AM) será a liderança do GT de mercado de carbono.

Incentivo à renováveis

Para além do enfrentamento à crise climática, a frente vê nas fontes limpas uma forma de contribuir também para o crescimento econômico do país.

O deputado Pedro Campos (PSB/PE) citou o papel do nordeste para o fortalecimento do cenário energético no Brasil e defendeu mais investimentos em usinas eólicas e solares na região.

“Ano passado, com os ventos fortes, exportamos energia eólica. [A geração] era suficiente para suprir as cargas da região e injetar no sistema nacional. Isso não significa que devemos parar de investir em energia eólica e em energia solar e achar que nossa parte da missão já está cumprida porque estamos à frente do Brasil ou do mundo nessa questão”, disse.

“Não adianta apenas nos gabar da nossa capacidade de gerar energia renovável. É necessário aprofundar esses investimentos e fazer a nossa parte na transição energética”, completou.

Mercado de carbono na agenda

A compra e venda de créditos de carbono para cumprir as metas de redução de emissões também está na agenda do grupo.

O coordenador do GT do mercado de carbono, Amom Mandel (Cidadania/AM), quer avançar com os debates para destravar o desenvolvimento do mercado de carbono e colocar o Brasil numa posição de destaque internacional nesse segmento.

“Sabendo da importância da regulamentação do mercado de carbono e de todos os problemas sociais relacionados a esse mercado, como o problema de regularização fundiária, espero destravar mais uma matriz econômica para o nosso país e trazer o Brasil para uma posição de destaque a nível internacional”, disse Mandel.

Ele é ativista. Em 2020, foi eleito o vereador mais jovem da história de Manaus (AM), aos 19 anos, e, em 2022, foi o deputado mais votado no Amazonas para Câmara dos Deputados.

As regras desse mercado estão em discussão no Senado, com o PL 412/2022, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em novembro de 2022, com emendas do agro para deixar explícita a exclusão do setor do mercado regulado. O texto agora precisa ser analisado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Desafios climáticos

A transição climática justa, termo que dá nome à frente, visa a assegurar que as ações de enfrentamento às emergências climáticas globais e locais protejam as comunidades mais vulneráveis.

Reconhece também que uma mudança para uma economia mais sustentável pode ter impactos significativos sobre trabalhadores e comunidades que dependem da indústria de combustíveis fósseis, por exemplo.

O tema foi amplamente discutido nas últimas conferências sobre as mudanças do clima da Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante o lançamento da Frente em Defesa da Transição Climática Justa, destacaram em seus discursos a situação das populações mais afetadas pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE).

“A abordagem das mudanças climáticas é vital. Não só devido ao aperfeiçoamento de medidas que nós devemos tomar, como também uma justificativa perante a sociedade. A sensação de impotência quando somos responsáveis por uma cidade é impressionante, quando vemos chuvas torrenciais desalojando famílias, acabando com obras que nem inauguramos e, às vezes, levando a vítimas fatais”, ressaltou o vice-líder do grupo, Nelsinho Trad (PSD/MS).

“É impossível falar de mudança climática sem falar de desigualdade social. Ou sem levar em conta que dezenas de milhares de pessoas hoje perdem as suas casas com a iminência de deslizamentos que são frutos de tempestades que antes não ocorriam com tanta intensidade”, mencionou Amom Mandel (Cidadania/AM), responsável pelo GT de mercado de carbono.

“Enfrentamos esse desafio da injustiça não apenas territorial, mas também com aqueles que sofrem com ela. São exatamente pessoas que já estão em situação de vulnerabilidade, que já demandam uma moradia de qualidade e não têm acesso ao saneamento e transporte público. Não adianta apenas lamentar essa injustiça. Precisamos fazer o que está sendo feito aqui hoje, arregaçar as mangas e trabalhar para que as coisas aconteçam”, relatou Pedro Campos (PSB/PE), líder do GT de transição energética.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 20/04/2023

CÂMARA QUESTIONA DECISÕES DA ANEEL E DO MME

O diretor da agência Hélio Guerra será convidado a comparecer na Câmara, após afirmar que o Congresso é movido por lobbies

Por epbr 20 de abril de 2023 Em Comece seu Dia, Congresso



Deputado Danilo Forte (Foto: José Cruz/Agência Senado)

A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara seguiu com a pressão no Ministério de Minas e Energia (MME) e na Aneel – em um movimento que respinga também em outras agências reguladoras.

O diretor da Aneel Hélio Guerra será convidado a comparecer na Câmara, após afirmar que o Congresso Nacional é movido por lobbies. A declaração foi feita em meio às disputas sobre a regulamentação do setor elétrico – projetos de lei e decisões da agência que afetam subsídios e políticas que beneficiam um ou outro segmento de mercado.

– Os deputados já haviam aprovado um texto (ainda tramita) que susta decisões da Aneel: Câmara e Aneel reacendem atritos sobre regras para setor elétrico.

– O deputado Danilo Forte (União/CE), autor do requerimento na CME, deu continuidade este ano à defesa de um projeto para alterar o papel das agências. O parlamentar vê interferência na definição de políticas públicas.



– O mercado – particularmente o de energia – é contra. O movimento para mudar as agências tem oposição de diversas associações dos setores de petróleo, gás natural, combustíveis e energia elétrica.

Eletronuclear. Em outra frente, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD) também será convidado na comissão – inicialmente, o requerimento previa sua convocação

– Pedido partiu de Julio Lopes (PP/RJ), com apoio de deputados da bancada do Rio, contrários à escolha do ministro para o comando da Eletronuclear. O ministro escolheu Raul Lycurgo, procurador federal, com passagem pela ANTT, MDIC e, no setor privado, na Cemig, de Minas Gerais, base do ministro.

– O setor nuclear está intrinsecamente ligado ao Rio de Janeiro. Além das usinas de Angra dos Reis, o estado é sede da estatal Nuclep, de caldeiraria pesada que tem interesse em fornecer equipamentos para a Eletronuclear.

“Havíamos feito uma reunião com deputados do Rio e de Minas pedindo ao ministro que ele desse provimento à obra [de Angra 3]. Subitamente, ele trocou o comando da companhia. Tudo bem que está no direito do ministro fazê-lo. Mas não parece que a pessoa escolhida tenha as competências para tal”, disse Júlio Lopes. O MME não se pronunciou sobre as críticas.

CCEE. O executivo Alexandre Peixoto, diretor de Relações Regulatórias da Cemig, foi eleito por unanimidade para o lugar de Rui Altieri na presidência do conselho da CCEE. Eduardo Rossi, servidor da Aneel, ocupará uma vaga no conselho; e Talisa Rezzieri, no conselho fiscal.

Petrobras e BNDES por reindustrialização. Jean Paul Prates e Aloizio Mercadante iniciaram conversas para criar uma comissão entre a empresa e o banco público de desenvolvimento. Entre os alvos do trabalho, estarão propostas para transição energética, reindustrialização e pesquisa e desenvolvimento.

– Essa semana, Prates defendeu a participação da Petrobras nas conversas para medidas de desenvolvimento econômico. Ele participou de evento na Fiesp, com o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB): Petrobras quer mudar fórmula de preço do gás natural, diz Prates

Petrobras e Shell investem R\$ 254 milhões em laboratório na Bahia. Parceria com Senai CIMATEC, unidade prevista para 2024 vai simular condições operacionais do pré-sal. O laboratório está sendo construído no Polo Petroquímico de Camaçari (BA) e é financiado com recursos da cláusula de P&D da ANP.

Os preços do petróleo Brent estão de volta ao patamar de US\$ 82, no equilíbrio entre a ameaça de corte de produção a partir de maio, feita pela OPEP+, a redução de estoques e as reações da autoridade monetária dos EUA ao combate à inflação. Dólar ganhou força e o petróleo recuou. (Reuters)

Crescem as vendas de caminhões a gás. Setores de gás natural e biometano estão unindo forças para concorrer com a eletrificação na substituição do diesel nas frotas pesadas. O movimento começou no governo de Jair Bolsonaro e segue buscando espaço nas propostas do governo Lula.

– Dados da Anfavea mostram que, no primeiro bimestre de 2023, as vendas de caminhões a gás e elétricos cresceram 157,1%. Na participação geral da frota, contudo, o número de veículos a gás ainda é tímido. (epbr)

Paraná define primeiras cidades para Corredor Azul. Projeto da Compagas vai ampliar o número de postos no estado que ofertam GNV para caminhões e prevê a instalação de pontos de abastecimento em Ponta Grossa, Maringá e Campo Mourão. Estratégia é integrar a movimentação de produtos agrícolas e o escoamento pelo Porto do Paranaguá. (epbr)

Na Alemanha, veto a aquecimento a gás. Nova legislação prevê que novos sistemas de calefação devem usar pelo menos 65% de fontes renováveis de energia a partir de 2024, com exceção de casas de pessoas de baixa renda. É parte dos esforços do país para tornar a matriz energética renovável e diminuir a dependência do gás natural da Rússia. (Valor)

Toyota anuncia R\$ 1,7 bi para híbrido-flex. Projeto foi enquadrado no ProVeículo Verde – programa do governo de São Paulo que concede benefícios fiscais. Fábrica em Porto Feliz (SP) produzirá um novo modelo compacto híbrido-flex. Previsão é que o modelo chegue ao mercado em 2024.

PAE estreia no mercado de energia. A Pan American Energy (PAE) assinou os primeiros contratos para venda de energia elétrica no país, com Auren Energia, do Votorantim e CPPIB, e Eneva. Serão atendidos com os parques do complexo eólico Novo Horizonte, na Bahia, com operação marcada para 2024.

— Empresa atua no Uruguai, Paraguai, Bolívia, México, Argentina e, agora, no Brasil. Além da geração renovável, investe na cadeia do lítio – no Triângulo do Lítio da América do Sul.

Ultracargo sócia da BP em terminal de etanol. Empresa do grupo Ultra comprou a fatia de 50% da Copersucar na Opla Logística Avançada, joint venture formada com a BP e que opera um terminal em Paulínia (SP), com capacidade de 180 mil m³. A operação R\$ 237,5 milhões, sujeito a ajustes usuais.

- Vagas em energia: PRIO, Enel, Light, Tereos e São Martinho têm oportunidades de estágio e emprego

A nova comissão do hidrogênio verde, instalada essa semana, quer reunir o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), na próxima quarta (26/4) para debater o papel do hidrogênio verde na descarbonização da economia brasileira. Trabalho coordenado por Cid Gomes (PDT/CE) e Otto Alencar (PSD/BA), no Senado. (Agência Senado)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 20/04/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

SHEIN VAI INVESTIR R\$ 750 MILHÕES PARA TER FORNECEDOR LOCAL E ABASTECER AMÉRICA LATINA A PARTIR DO BRASIL

Empresa anunciou que vai estabelecer parceria com dois mil fabricantes brasileiros e criar aproximadamente 100 mil empregos no país

Por *Raphaela Ribas* — Rio



Taxação de e-commerce internacional, como Shein, Shopee e AliExpress - Foto : Fábio Rossi/Agência O Globo

Em meio ao vai e volta da decisão do governo sobre o fim da isenção para compras de até US\$ 50 em plataformas estrangeiras, a chinesa Shein anunciou nesta quinta-feira que vai investir R\$ 750 milhões no Brasil e estabelecer parceria com dois mil fabricantes locais, como antecipou a colunista Míriam Leitão. A expectativa da gigante asiática é que, até o final de 2026, cerca de 85% de suas vendas



sejam locais, tanto de fabricantes como de vendedores.

Capital: Shein e Shopee já ocupam no Brasil quase 30 'campos de futebol' em galpões logísticos. A ideia é que os produtos fabricados no Brasil também sejam exportados para outros países da América Latina. Ainda sem esclarecer em quais regiões estão estas fábricas parcerias, a empresa afirma que serão criadas aproximadamente 100 mil empregos nos próximos três anos para produzir peças com a marca Shein.

É um modelo de negócios semelhante ao que a empresa tem na China.

"Temos a satisfação de anunciar hoje um robusto investimento na produção têxtil local, estabelecendo parceria comercial com cerca de 2 mil fabricantes brasileiros e gerando aproximadamente 100.000 novos empregos nos próximos três anos", disse em carta assinada pelo CEO da empresa, Yuning Liu, ao qual o GLOBO teve acesso.

A cifra milionária de investimento é um valor inicial, segundo eles. Será usada para fornecer tecnologia e treinamento aos fabricantes a fim de atualizar seus modelos atuais de produção para o modelo sob demanda da Shein.

De acordo com a plataforma, isto permitirá aos produtores locais gerenciar melhor os pedidos, reduzir o desperdício e diminuir o excesso de estoque, resultando em uma maior agilidade para responder à demanda do mercado.

Seu crescimento nos últimos anos foi exponencial. Segundo dados da Bloomberg, a empresa viu suas vendas crescerem de US\$ 10 bilhões em 2020 para US\$ 100 bilhões em 2022.

De tudo o que a Shein vende no Brasil, 70% vem da China e os outros 30% do marketplace local. Embora a empresa não compartilhe o tamanho da relevância do país em seu faturamento, o Brasil entre os cinco maiores mercados para Shein.

Novo marketplace

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), havia antecipado que, além da produção de seus próprios itens, a Shein também ao Plano de Conformidade da Receita Federal, para normalizar as relações com o Ministério da Fazenda. O acordo foi feito em reunião nesta manhã.

Entenda: Governo anuncia medidas para destravar e baratear o crédito

- Temos visto grande sucesso no Brasil desde nosso lançamento em 2020 e, com a crescente demanda dos consumidores, vimos a oportunidade de localizar mais a nossa cadeia de fornecimento para beneficiar os consumidores, as pequenas empresas e a economia em geral - disse Marcelo Claire, Chairman da Shein para a América Latina.

A varejista também informou hoje que terá um marketplace para vendedores locais para atender às demandas dos clientes brasileiros por uma variedade muito maior de produtos e categorias, bem como tempos de entrega mais rápidos. O modelo do marketplace começou a ser testado no país em 2022.

A intenção de produzir localmente no país já havia sido antecipada pela coluna Capital em fevereiro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/04/2023

LIRA ANUNCIA CLÁUDIO CAJADO COMO RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL

Deputado do PP da Bahia tem perfil considerado "conciliador", acumula oito mandatos no cargo e já ocupou a presidência do PP de forma interina

Por Gabriel Sabóia — Brasília



O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), presidente nacional da legenda — Foto: Agência Câmara

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que o deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA) será o relator da proposta do arcabouço fiscal na Câmara. Aliado de Lira, Cajado foi vice-líder do governo durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

De acordo com Lira, que garantiu que o tema não enfrentará dificuldades para ser aprovado na Câmara, a intenção é encerrar as discussões até 10 de maio. Com

perfil considerado "conciliador" e com bom fluxo entre líderes de partidos da base governista e também da oposição, Cajado acumula oito mandatos como deputado e já ocupou a presidência do PP de forma interina.

Depois de resolvida a questão na Câmara, caberá ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o desafio de fazer a proposta deslizar sem percalços no Senado. O novo arcabouço fiscal traz um conjunto de normas para balizar as contas públicas. A proposta terá pisos e limites para o crescimento real dos gastos, baseado no incremento da receita. A medida substituirá o teto de gastos, regra fiscal implementada em 2016. Por ser um projeto de lei complementar, é preciso a aprovação com maioria absoluta na Câmara — ao menos 257 votos — e no Senado, onde precisará de 41 endossos.

Lira afirmou que vai procurar apoio ao texto. Segundo ele, todos estavam ansiosos pela entrega da proposta. O presidente defende que a ideia é diluir a especulação sobre o tema ao longo dos dias de discussão.

– Não há qualquer gasto fora da regra. Nós vamos tratar com muita transparência e com a tranquilidade que este texto merece. Vamos procurar ao menos 308 votos de apoio – disse o presidente da Câmara.

'O Brasil não aguenta mais sangria'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo dialogou para construir uma proposta de novo arcabouço fiscal com mais "razoabilidade". Segundo ele, o Brasil "não aguenta mais sangria". Ele explicou que é necessário cumprir toda a agenda de mudanças em discussão para que a nova proposta fiscal funcione.

– Se as metas fiscais não forem atingidas, há uma redução da velocidade do crescimento da despesa em relação à receita. É um mecanismo que pode funcionar muito bem se toda agenda for cumprida. Não estamos entregando para a Câmara e o Senado só uma nova lei de responsabilidade, estamos trabalhando junto às casas as Medidas Provisórias que estão em tramitação, os projetos de lei que estão em tramitação, e os que vão ser encaminhados ao longo das próximas semanas. São contas bilionárias que precisam ser ajustadas definitivamente. O Brasil não aguenta mais tanta sangria, é muita sangria. – disse Haddad.

O ministro afirmou que a tramitação será complexa, mas que o tema é importante para garantir o equilíbrio fiscal do país.

– Não são coisas fáceis de votar. A PEC da transição não foi fácil, o arcabouço tem uma construção complexa, é uma mudança de regra que na minha opinião vem para melhorar a gestão pública. Temos, além da regra em si, um conjunto de medidas para garantir o equilíbrio fiscal o ano que vem. E, depois, a Reforma Tributária que vem para garantir a sustentabilidade de longo prazo da base fiscal do estado brasileiro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/04/2023

RIO, MAIS SEIS ESTADOS E 2 MIL CIDADES NÃO TERÃO AVAL DA UNIÃO EM PPPS; ENTENDA

Tesouro vai oferecer cobertura caso as contrapartidas de prefeitos e governadores previstas nos contratos não sejam cumpridas. Mas apenas entes com nota de crédito alta terão acesso

Por Manoel Ventura — Brasília



Córrego repleto de esgoto e lixo: governo vai dar garantias para PPPs – Foto : Hermes de Paula/Agência O Globo

Os estados do Rio de Janeiro, Amapá, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Goiás, além de 2 mil municípios, não conseguirão obter garantias do Tesouro Nacional para parcerias público-privadas (PPPs).

O Ministério da Fazenda anunciou nesta quinta-feira um conjunto de medidas para incentivar esse tipo de projeto, uma bandeira do ministro

Fernando Haddad.

Uma das medidas anunciadas é para permitir que o Tesouro seja garantidor de eventuais calotes de governadores e prefeitos, ponto recorrentemente criticado pelo setor privado.

O Tesouro, porém, só vai garantir as operações nos estados com nota positiva de crédito, de acordo com o secretário Rogério Ceron. Essa nota depende de fatores como dívida e despesas.

Notas baixas

Hoje, o Tesouro já usa essa nota para garantir empréstimos dos estados e municípios. Os estados do Rio de Janeiro, Amapá, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul têm nota de crédito baixa e, com isso, não ficam autorizados a obter empréstimo com aval do Tesouro Nacional. Goiás, por sua vez, está no Regime de Recuperação (RRF), o que também limita o acesso ao crédito.

Além disso, 2 mil municípios também têm notas baixas e não podem fazer operações de crédito garantida pelo Tesouro.

As PPPs são um modelo de concessão que pode envolver construção, operação e manutenção de diferentes ativos e serviços. Um dos focos da Fazenda é dar maior segurança aos recursos que as empresas privadas recebem para prestar os serviços previstos nas PPPs.

Para isso, o Tesouro será garantidor das contrapartidas dos estados e municípios. Uma trava importante ao modelo das PPPs hoje é que se tornou comum que as contrapartidas dos estados e municípios não sejam honradas durante os contratos. Isso afasta investidores e faz as empresas cobrarem valores maiores, já que o risco também é maior.

Potencial de investimento

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que hoje são menos de 200 PPPs, mas o potencial de investimentos é da ordem de R\$ 150 bilhões.

— O Tesouro já presta aval para operações de crédito para estados e municípios. Com o aval da União, o risco de inadimplência é nulo e o custo é mais baixo — disse Ceron.

Quando o Tesouro é garantidor de uma operação e o estado ou município deixa de pagar, o Tesouro arca com esse valor e depois executa a chamada contragarantia. A contragarantia é o bloqueio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/04/2023

GOVERNO QUER DESTRAVAR 153 PROJETOS DE PPPS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS; VEJA AS ÁREAS

Tesouro vai oferecer cobertura caso as contrapartidas de prefeitos e governadores previstas nos contratos não sejam cumpridas

Por *Manoel Ventura — Brasília*



Iluminação pública no Centro do Rio. Maior parte das PPPs que governo quer deslanchar estão nessa área – Foto : Alexandre Cassiano/Agência O Globo

O governo federal pretende destravar 157 projetos de parcerias público-privadas (PPPs) nos estados e municípios que estão em estruturação e licitação com medidas lançadas nesta quinta-feira. Destes, 27 são em saneamento e 10 são de educação.

Uma das medidas anunciadas permite que o Tesouro seja garantidor de eventuais calotes de governadores

e prefeitos, ponto recorrentemente criticado pelo setor privado.

Os projetos são nas áreas de:

- **Iluminação pública: 53**
- **Resíduos sólidos: 23**
- **Eficiência energética e tecnologia: 22**
- **Saúde: 11**
- **Educação: 10**
- **Mobilidade: 6**
- **Rodovias: 6**
- **Água e esgoto: 4**
- **Demais: 13**

As PPPs são um modelo de concessão que pode envolver construção, operação e manutenção de diferentes ativos e serviços. Um dos focos da Fazenda é dar maior segurança aos recursos que as empresas privadas recebem para prestar os serviços previstos nas PPPs.

Para isso, o Tesouro será garantidor das contrapartidas dos estados e municípios. Uma trava importante ao modelo das PPPs hoje é que se tornou comum que as contrapartidas dos estados e municípios não sejam honradas durante os contratos. Isso afasta investidores e faz as empresas cobrarem valores maiores, já que o risco também é maior.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que hoje só existem 198 projetos de PPPs e que esse número poderia ser maior. Para ele, é possível destravar mais de R\$ 100 bilhões de investimentos.

— O Tesouro dará aval para cobrir o risco de inadimplência em PPPs de entes da Federação. Com o aval da União, o risco de inadimplência é nulo e o custo é competitivo — disse Ceron. — Com garantias, mais projetos serão viáveis. Estrangeiros não entram em PPPs por causa do risco. Eles desconhecem estados e municípios, mas sabem lidar com risco soberano.

Para facilitar o financiamento dos projetos, o governo vai permitir a emissão de debêntures com isenção de Imposto de Renda para investimentos em projetos de educação, saúde, segurança pública, sistema prisional, parques urbanos e unidades de conservação, equipamentos culturais e esportivos, habitação social e requalificação urbana.

Outra mudança é quanto à interpretação da regra que fixa o limite de 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) anual dos entes públicos para despesas com PPP. A RCL é a arrecadação de um governo, excluídas as transferências intragovernamentais.

A avaliação da Fazenda é que há interpretação restritiva sobre o que entra nessa conta, o que tem travado parte das parcerias, pois rapidamente se atinge o limite. Para o governo, não é preciso alterar o limite. Bastaria que a conta só considere o valor gasto a mais com uma obra.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/04/2023

RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL DIZ QUE EVENTUAIS MUDANÇAS SERÃO PARA MELHORAR O TEXTO

Deputado Cláudio Cajado (PP-BA) afirma que ainda é cedo para dizer se o texto ficará "mais duro ou menos duro" do ponto de vista fiscal

Por Manoel Ventura



O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), presidente nacional da legenda — Foto: Agência Câmara

Escolhido relator do arcabouço fiscal na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) disse que eventuais alterações na proposta serão para melhorar o texto.

Aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Cajado evitou entrar em detalhes sobre o projeto, na primeira manifestação sobre a proposta governo, enviada nesta semana ao Congresso.

- Não posso dizer que o texto vai ficar mais duro ou menos duro, mas vamos estudar profundamente cada um dos artigos. Se houver modificação, será para aprimorar - disse.

Cajado afirmou que vai trabalhar para cumprir o prazo fixado por Lira, de votar o texto até o dia 10 de maio. O deputado se classificou como independente e disse que não é nem governo e nem oposição. Cajado disse que ainda não estudou o projeto inteiramente.

- O projeto pode ter emendas, sugestões, não estamos fechados para nenhum tipo de observação. Se tivermos de alterá-lo, será para melhor.

Cajado disse ainda que uma eventual instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro não vai paralisar a Câmara e nem atrapalhar a votação do arcabouço.

- Se a CPMI for instalada, não acredito que paralisemos a Câmara. Não apenas no projeto do marco fiscal, como também outros projetos relevantes serão votados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/04/2023

ANAC DIZ QUE ANÁLISE DE PRECATÓRIOS COMO FORMA DE PAGAMENTO CABE AO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Aena, operadora estatal espanhola, quer usar precatórios para o pagamento de R\$ 2,45 bilhões no aeroporto de Congonhas. Técnicos da agência avaliam que possibilidade é legal

Por Geralda Doça



Aeroporto de Congonhas foi concedido à operadora espanhola — Foto: Aena Ivan Martínez-Vargas

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) informou que a análise dos precatórios, como forma de pagamento da concessão de Congonhas, não é de competência da agência, mas sim do Ministério de Portos e Aeroportos.

"A ANAC não tem competência para aceitar ou não precatórios como forma de pagamento.

Essa prerrogativa cabe ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), gestor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), em coordenação com a Advocacia-Geral da União (AGU)", diz a agência, em nota divulgada nesta quarta-feira após reportagem do GLOBO mostrar que a área técnica da agência emitiu um parecer sobre a concessão do aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Segundo o advogado André Soutelino, sócio da A.L.D.S. Sociedade de Advogados, o documento emitido pela área técnica da Anac revela que todas as obrigações, como pagamento de outorga e demais despesas, foram cumpridas pela Aena, concessionária de Congonhas, e que agora só falta a autorização para que a operadora possa assumir o aeroporto. Como a Aena utilizou precatórios para pagar parte da concessão, os precatórios, na sua visão, estariam autorizados.

- Com a comprovação dos pagamentos, a ordem de serviço da Fase I dever ser emitida. A Fase I consiste no procedimento de transferência das operações do aeroporto - afirmou Soutelino.

À época do leilão, precatório era permitido

Congonhas foi leiloadado na 7ª rodada do programa de concessão dos aeroportos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em agosto do ano passado. À época, a chamada PEC dos precatórios já autorizava o uso desses títulos no pagamento de outorgas de forma autoaplicável. Além disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou uma portaria, regulamentando essa forma de acerto de contas.

Porém, com a mudança de governo, em março, a AGU revogou a portaria, dando prazo de 120 dias para adotar uma solução alternativa. Técnicos de várias áreas de governo, inclusive da AGU, disseram que a medida geraria insegurança jurídica porque a própria Constituição autoriza o uso de precatórios no pagamento de outorgas.

Por trás da decisão da AGU, há uma disputa política. O atual governo pretende reforçar a Infraero, que tem como principal fonte de receitas o aeroporto de Congonhas. Quem recebe o pagamento da outorga, sendo em espécie ou precatório, é a Anac. Para validar o contrato, que foi assinado em 28 de fevereiro, a Agência precisa atestar o pagamento. Sem isso, o processo de concessão fica paralisado, a não ser que a concessionária consiga uma liminar na Justiça.

Nota da Redação: A primeira versão desta reportagem dizia que a área técnica da agência havia "aprovado" o uso dos precatórios. Após a sua publicação, a agência emitiu nota para dizer que não houve "aprovação" dos precatórios e que não tem competência para tomar a decisão. Após a nota da agência, o título e o conteúdo da reportagem foi alterado, para informar que, na visão da Anac, essa análise não cabe à agência, mas ao Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/04/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

FGTS: BARROSO E MENDONÇA VOTAM PARA QUE FUNDO TENHA CORREÇÃO AO MENOS IGUAL A RENDIMENTO DA POUPANÇA

Para Barroso, efeitos da decisão não devem retroagir, ou seja, só valeriam a partir de agora; Mendonça segue voto do relator

Por Lavínia Kaucz

BRASÍLIA – O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator de ação que discute a correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) defendeu nesta quinta-feira, 20, uma remuneração maior para os trabalhadores do que a atual. Em seu voto, ele pleiteou que os valores do fundo sejam corrigidos com rendimento no mínimo igual ao da caderneta da poupança.

Atualmente, o FGTS tem correção de 3% ao ano mais a chamada Taxa Referencial (TR), que rende perto de zero. O Solidariedade, que propôs a ação, argumenta que, desde 1999, esse índice não é suficiente para repor o poder aquisitivo dos trabalhadores – ou seja, não repõe a inflação. Já a caderneta de poupança rende 6,17% ao ano mais a TR sempre que taxa básica de juros (Selic) estiver acima de 8,5% ao ano. Quando a taxa básica estiver em até 8,5% ao ano, a poupança rende 70% da Selic.

Barroso acolheu parcialmente o pedido do partido. Para o ministro, não há inconstitucionalidade na TR, mas também não há previsão constitucional para que os valores do FGTS sejam corrigidos pela inflação. “Nem a correção monetária constitui direito subjetivo constitucional, nem é legítimo causar um prejuízo substancial ao trabalhador para financiar políticas públicas”, sustentou.

O ministro ainda destacou que, “ao contrário do imaginário popular, a aplicação generalizada da correção monetária não neutraliza a inflação” e que “a indexação alimenta a inflação”.

Para Barroso, a decisão não deve retroagir – ou seja, os efeitos da decisão só valerão a partir da publicação da ata do julgamento. “A verdade é que o Poder Judiciário está criando uma situação nova em rigor, e a minha visão é a de que, quando se cria uma situação nova, ela deve valer apenas para frente”, disse o ministro.

“Quanto às perdas injustas alegadas do passado, que venham a ser demonstradas, penso que devam ser equacionadas pela via legislativa ou negociação coletiva”, defendeu.

Barroso ressaltou que sua proposta “sequer modifica status quo”, porque de acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), a remuneração do FGTS não é menor do que a caderneta de poupança desde 2019.

Segundo a votar nesta quinta-feira, o ministro André Mendonça seguiu o voto de Barroso para impedir que o FGTS seja remunerado abaixo da poupança. Depois do voto dele, o julgamento foi suspenso e deve ser retomado na próxima quinta-feira, 27.

BC defende manutenção da TR

O procurador Erasto Villaverde Carvalho Filho, que representou o Banco Central no julgamento sobre a correção do FGTS no Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a continuidade do uso da Taxa Referencial (TR) para a atualização dos valores vinculados ao fundo.

O Banco Central é a instituição responsável por realizar o cálculo da TR. Ele argumentou que, em 2018, a fórmula foi alterada justamente para “manter a TR nos mesmos níveis praticados para segurar as expectativas das partes do FGTS”.



Em julgamento no STF, Banco Central e governo defenderam manutenção da correção do FGTS pela Taxa Referencial Foto: Gabriela Biló/Estadão

O advogado-geral da União, Jorge Messias, também falou no julgamento. Ele alegou que a correção monetária do FGTS pela inflação, se for aplicada retroativamente, pode trazer impactos para a empregabilidade e até para o direito à moradia. “O novo programa Minha Casa Minha Vida prevê a meta de contratação de 2 milhões de unidades habitacionais, sendo que 1,5 milhão serão financiadas pelo FGTS”,

apontou em sustentação oral.

“Caso se julgue procedente essa ação, os financiamentos já concedidos também serão afetados porque as cláusulas contratuais entre FGTS e instituições financeiras preveem que qualquer mudança no índice de atualização dos depósitos será imediatamente aplicada aos contratos”, afirmou.

Messias destacou que a correção impactaria a empregabilidade devido à atualização que se seguiria no valor da multa rescisória. “Trata-se do custo Brasil, que não será assimilado somente pelo estado. Essa ponta também há de girar todo o setor produtivo brasileiro”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/04/2023

ARCABOUÇO PODE FRAGILIZAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Governo terá de se redobrar para explicar que não fez apenas uma carta de intenções de compromisso com as metas fiscais

Por Adriana Fernandes - Repórter especial de economia e colunista em Brasília

O projeto do novo arcabouço fiscal acabou fragilizando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), considerada um marco na história da política econômica brasileira e que, no próximo dia 4 de maio, completa 23 anos de idade. Esse é o entendimento de especialistas em conversa com a coluna após uma análise preliminar do texto.

Entre os especialistas, há especial preocupação sobre o impacto da flexibilização para a União da LRF nos Estados e nos municípios, que também são regidos pela lei. Ao criar o novo arcabouço fiscal e mudar a LRF, o governo pode estar abrindo mão de algo que funciona muito bem nos Estados e nos municípios.

Será que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e equipe perceberam o risco do que fizeram?

Os detalhes da lei ainda estão sob escrutínio, e deve demorar um pouco mais para que se entenda o alcance das mudanças que o projeto faz na LRF. Enquanto o arcabouço tem dez artigos, a LRF tem 75.

Há uma contradição com o discurso dos bastidores de que haveria uma blindagem e até mesmo um reforço da LRF. De fato, como antecipou o Estadão, o parágrafo único do projeto do novo arcabouço fiscal determina que a nova regra fiscal não afasta as limitações e as condicionantes para geração de despesa e renúncia de receita estabelecidas na LRF. Inclusive em relação aos efeitos das renúncias de receita sobre a sustentabilidade do regime fiscal.

Não foi nenhuma surpresa que o governo retiraria das regras fiscais a punição pelo descumprimento das metas fiscais. Assunto delicado para o PT, após o impeachment da ex-presidente Dilma.

Essa medida já tinha sido antecipada pelo secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, que justificou a alteração comparando a política fiscal com o regime de metas de inflação. Se descumprir a meta, o presidente do Banco Central apresenta carta de explicações, mas não há punição.

Já se sabe que a ausência de responsabilização estará no centro do debate, sob os holofotes, durante a tramitação no Congresso. Sem punição, os especialistas dizem que faltará esforço do governo para cumprir a meta.

O arcabouço também mexe em outros dispositivos da LRF. Altera o modelo atual da avaliação bimestral com obrigatoriedade de contingenciamento (bloqueio) das despesas, no caso de se projetar descumprimento da meta. O contingenciamento deixa de ser obrigatório.

Para muitos, ficará mais difícil conhecer as projeções oficiais e cobrar o governo para tomar ações para cumprir as metas. Mas os contingenciamentos têm sido um entrave à boa gestão orçamentária. É preciso mudar.

O governo terá de se redobrar para explicar que a sequência de mudanças não representa apenas uma carta de intenções de compromisso com as metas fiscais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/04/2023

SETOR MINERAL TEME QUE ELEVAÇÃO DE TRIBUTOS SE ESPALHE PELOS ESTADOS

STF julga validade de liminar que suspendeu imposto adicional de Goiás sobre agronegócio e mineração

Por Vinicius Neder

RIO – O setor de mineração teme que a situação de desequilíbrio fiscal dos Estados incentive os governos locais a criar taxas e elevar impostos. O assunto voltou aos holofotes esta semana, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa, em “sessão virtual”, uma decisão liminar do ministro Dias Toffoli que determinou a suspensão de uma elevação de tributo de Goiás. Para Raul Jungmann, presidente do Ibram, entidade que representa as mineradoras, caso o STF não mantenha a suspensão, iniciativas do tipo poderão “viralizar” pelo País, se espalhando por outros Estados e municípios.

O aumento de impostos em Goiás atingiu os setores da agropecuária e da mineração. A medida foi polêmica desde o início – a sessão da Assembleia Legislativa que aprovou a lei sobre o tema, em novembro do ano passado, foi marcada pela invasão do Plenário por agricultores insatisfeitos.



Raul Jungmann, presidente do Ibram, teme de elevação de tributação sobre o setor "viralize" pelos governos locais Foto: Wilton Junior/Estadão - 4/6/2021

A lei, proposta pelo governo Ronaldo Caiado (União Brasil) instituiu um adicional de até 1,65% no ICMS para abastecer o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra). A Confederação Nacional da Indústria (CNI) contestou a constitucionalidade da cobrança em ação no STF.

A CNI alegou que a lei criou um tributo ou uma parcela destacada do ICMS, o que estaria fora da competência dos Estados definida na Constituição. Também seriam inconstitucionais a tributação de operações de exportação e a destinação dos

recursos para um fundo. Para Jungmann, a lei goiana dá um passo por cima da Lei Kandir – legislação federal que isenta do ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados, como soja, milho, carnes e minérios.

No último dia 3, o ministro Toffoli acatou parte dos argumentos da CNI e concedeu uma liminar no processo, determinando a suspensão da nova cobrança de tributos em Goiás. Em seguida, a decisão foi levada ao Plenário do STF, em “sessão virtual”. Os ministros têm até a próxima segunda-feira, 24, para se manifestar por meio do sistema on-line no julgamento, que analisa apenas se, na ação judicial movida pela CNI, caberia decisão liminar. O julgamento do mérito – se a cobrança instituída pelo governo goiano é ou não constitucional – segue o trâmite normal e ainda não tem data.

Até esta quinta-feira, 20, o julgamento estava empatado por dois votos a dois. O ministro André Mendonça acompanhou o relator, Dias Toffoli, a favor da manutenção da suspensão da cobrança extra em Goiás.

Para sustentar a liminar, concedida no último dia 3, Toffoli argumentou que o STF tem jurisprudência sobre a inconstitucionalidade da vinculação de receita de impostos, para além dos casos previstos na Constituição. O relator também alegou que a liminar é necessária para evitar cobranças indevidas enquanto o mérito da questão não é analisado. Do contrário, a cobrança poderia “implicar a necessidade de ajuizamento de outras milhares de ações individuais, com grave prejuízo ao próprio bom funcionamento do Poder Judiciário”.

O ministro Edson Fachin discordou. Em voto divergente, o magistrado não viu no caso os requisitos para que se tomasse uma decisão “cautelar” ou liminar urgentemente. O ministro Alexandre de Moraes concordou com Fachin e acompanhou o voto divergente.

Perda abrupta

Procurado, o governo de Goiás informou, em nota, que suspendeu as cobranças para o Fundeinfra após a decisão de Toffoli. “O Estado acredita que a decisão liminar com efeito suspensivo será revertida no plenário do STF. É importante destacar que o Fundeinfra foi instituído para amenizar a perda abrupta de receitas que Goiás sofreu a partir de junho do ano passado, com a redução das alíquotas de ICMS dos combustíveis”, diz a nota.

Jungmann, do Ibram, reconhece que o problema está nas medidas, tomadas ano passado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que reduziram a arrecadação dos Estados com o ICMS, como no caso dos combustíveis e da energia elétrica. O problema é que a elevação de impostos reduz os ganhos das empresas dos setores atingidos e tende a adiar investimentos, disse o presidente da entidade.

“Se o STF der aval (para a legislação de Goiás), isso vai viralizar”, afirmou Jungmann, que foi deputado federal e ministro nos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Michel Temer (MDB).

Para Jungmann, o atual governo federal deveria atuar para evitar o problema. Por isso, o presidente do Ibram criticou o fato de a Advocacia-Geral da União (AGU) ter se manifestado contra a decisão liminar de Toffoli – portanto, a favor da nova cobrança do governo de Goiás –, no processo no STF. Para Jungmann, o melhor seria “resolver e agilizar a questão das perdas do ICMS o mais rápido o possível, para inibir esse tipo de caça ao tesouro”.

Taxa de fiscalização

Para o Ibram, antes mesmo da nova tributação de Goiás, a busca dos governos locais por mais tributos apareceu nas taxas estaduais de fiscalização sobre atividades de mineração (TFRM). Segundo a entidade, desde que o STF considerou constitucional a adoção da taxa por três Estados – Minas Gerais, Pará e Amapá –, foram criadas cobranças semelhantes em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, oito municípios do Pará e dois em Minas Gerais. Além disso, o governo do Maranhão criou uma taxa referente a cargas transportadas sobre trilhos.

Segundo Jungmann, no caso das TRFM, tem faltado “modulação” por parte dos governos locais na hora de fixar as alíquotas. Em alguns casos, disse o presidente do Ibram, a arrecadação tem sido superior aos gastos do Estado com fiscalização. Para dar um padrão às cobranças, Jungmann disse que a CNI entrará com nova ação no STF.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/04/2023

HADDAD PROPÕE CRIAR IMPOSTO DIGITAL PARA EMPRESAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

Medida foi anunciada depois de reunião com representantes da Shein; segundo ministro, empresas se comprometeram a não repassar custos para o consumidor

Por Marianna Gualter e Italo Bertão Filho

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira, 20, que o governo pretende solucionar a questão da taxação do e-commerce seguindo o exemplo de países desenvolvidos, com um imposto digital. O ministro também disse que a alternativa atende a sinalização do presidente Lula, que pediu uma solução administrativa negociada com o comércio eletrônico.

“Quando o consumidor comprar, ele estará desonerado de qualquer recolhimento de tributo. Será feito pela empresa sem repassar nenhum custo adicional”, declarou. Questionado sobre a garantia de que não haverá repasse, Haddad afirmou que é “compromisso deles”, em referência às empresas que aderiram ao plano de conformidade.

A declaração foi dada após reunião do ministro com representantes da varejista chinesa Shein, em São Paulo. Segundo o ministro, a Shopee já havia endereçado uma carta ao governo afirmando que iria aderir ao plano, sinalização também feita pela AliExpress, que fez uma reunião com o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo.



Shopee e outras plataformas de comércio eletrônico seriam afetadas pela medida Foto: REUTERS/Edgar Su

O ministro ponderou que ainda há etapas a cumprir e que, se necessário, podem ocorrer gradações das medidas para incorporar essas transações para dentro da ordem legal tributária brasileira. Ele reiterou, porém, que o princípio do plano já está estabelecido: o jogo justo.

À tarde, Haddad se reúne com representantes do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV). “O que as redes brasileiras pleiteavam é o que foi oferecido hoje em contrapartida, condições justas”, pontuou o ministro. Na próxima semana, segundo Haddad, a pauta também será discutida com governadores em uma reunião que está pré-agendada.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/04/2023

MELHORIAS NOS TRENS METROPOLITANOS COLOCAM SÃO PAULO NOS TRILHOS DO FUTURO

Chegada de novos trens e investimentos em diversas frentes aprimoram os serviços oferecidos nas linhas 8 e 9

Por CCR

No primeiro ano de concessão, a ViaMobilidade investiu R\$ 1,2 bilhão em melhorias nas linhas 8–Diamante e 9–Esmeralda de trens metropolitanos em São Paulo. A meta é chegar a R\$ 4 bilhões de investimentos ao final dos três primeiros anos do contrato, com duração prevista de 30 anos.

Juntas, as duas linhas têm 42 estações e transportam cerca de 1 milhão de pessoas por dia. São mais de 78 km de trilhos que passam por manutenções constantes para trazer mais qualidade e conforto ao passageiro.

Como parte dos investimentos nas linhas 8 e 9, a ViaMobilidade adquiriu 36 novos trens da empresa Alstom, compondo uma frota de 288 carros (vagões). O investimento contribuiu para a reativação da unidade brasileira da empresa de origem francesa, com geração de 700 empregos diretos na região de Taubaté (SP).

No primeiro ano de concessão, a ViaMobilidade investiu R\$ 1,2 bilhão em melhorias nas linhas 8–Diamante e 9–Esmeralda de trens metropolitanos em São Paulo. A meta é chegar a R\$ 4 bilhões de investimentos ao final dos três primeiros anos do contrato, com duração prevista de 30 anos.

Juntas, as duas linhas têm 42 estações e transportam cerca de 1 milhão de pessoas por dia. São mais de 78 km de trilhos que passam por manutenções constantes para trazer maior qualidade e conforto ao passageiro.

Como parte dos investimentos nas linhas 8 e 9, a ViaMobilidade adquiriu 36 novos trens da empresa Alstom, compondo uma frota de 288 carros (vagões). O investimento contribuiu para a reativação da unidade brasileira da empresa de origem francesa, com geração de 700 empregos diretos na região de Taubaté (SP).

A primeira composição já foi entregue – está passando por testes e deverá ser colocada em circulação no mês de maio. Produzidos com aço inoxidável, os novos trens são mais leves, consomem menos energia elétrica, têm portas e janelas mais amplas e durabilidade estimada em 40 anos. Incluem vários recursos avançados, como contagem automática de passageiros, mapas dinâmicos de linhas, monitoramento e vigilância por vídeo. Todos os equipamentos e materiais dos revestimentos são antichamas.

Ao mesmo tempo que a frota é renovada, a ViaMobilidade também está investindo em melhorias nas estações. Há obras em andamento em sete estações, sendo cinco da Linha 8–Diamante (Lapa, Imperatriz Leopoldina, Comandante Sampaio, Santa Terezinha e Sagrado Coração) e duas da Linha 9–Esmeralda (Grajaú e Santo Amaro). As intervenções incluem instalação de escadas rolantes, elevadores, piso tátil para pessoas com deficiência visual e piso antiderrapante em pontos estratégicos. Além disso, 28 estações tiveram os banheiros reformados (totalizando 130 boxes) e 18 receberam pintura interna e externa.



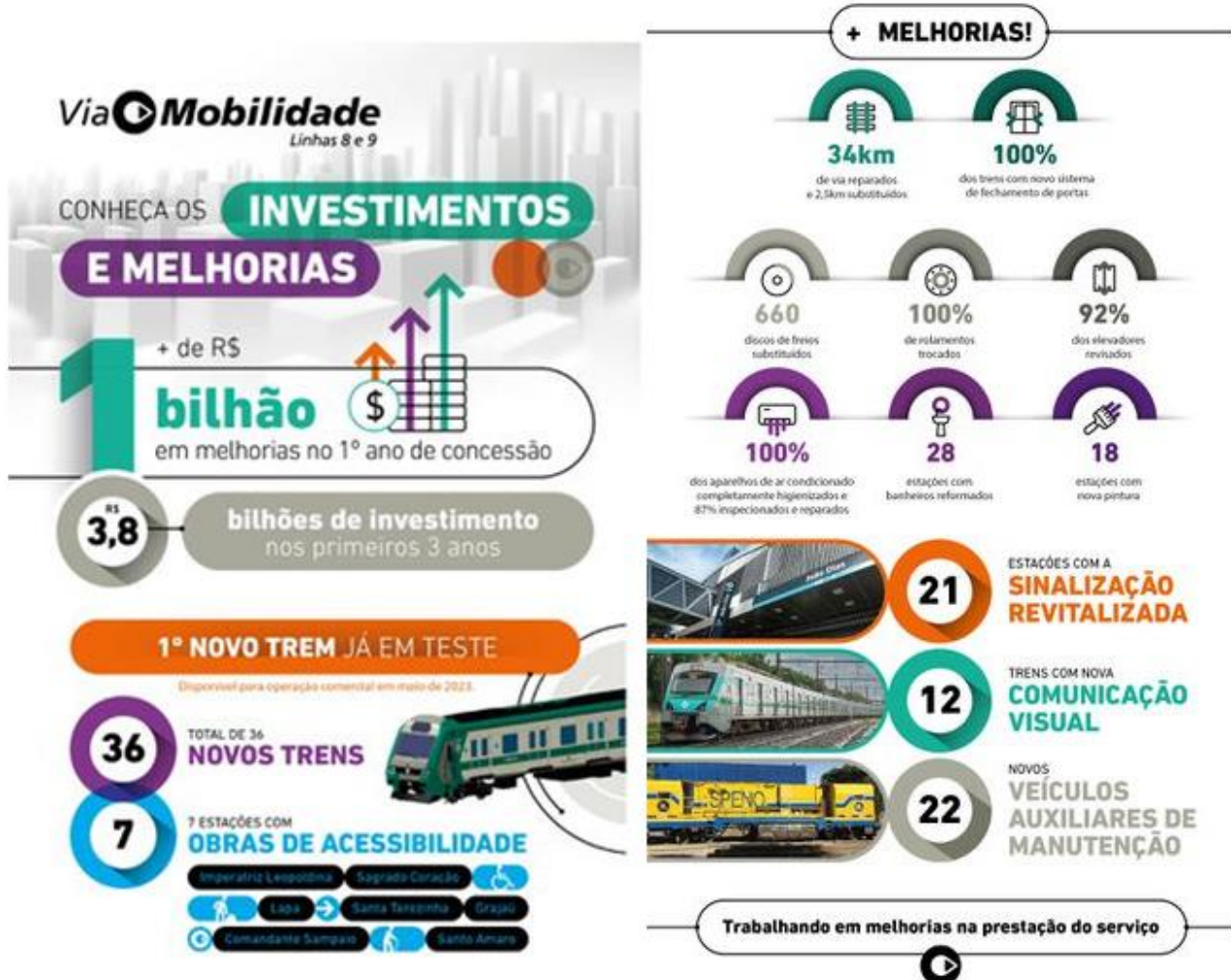
Divulgação Foto: Divulgação

E as ações não param por aí. Para assegurar conforto e qualidade na climatização dos trens, 365 aparelhos de ar condicionado passaram por manutenção corretiva, por apresentarem avarias ou baixo rendimento. Mais de 660 discos de freio foram substituídos e 100% dos rolamentos, trocados.

Cerca de 40 km de trilhos foram esmerilhados para reperfilamento e, até o fim de 2024, 60 km de trilhos serão substituídos. Também está prevista a troca de 15 mil dormentes de madeira por dormentes de concreto ainda este ano, e mais 18 mil no ano que vem. Essas peças são instaladas na via, de forma transversal, para dar suporte aos trilhos.

A ViaMobilidade adquiriu 42 veículos auxiliares de manutenção, para tornar mais ágeis e produtivas as atividades realizadas na via e na rede aérea. Desses, 24 já estão sendo utilizados e os demais 18 devem chegar até 2024. Nesse meio tempo, dez veículos foram locados para viabilizar plenamente os trabalhos de manutenção.

Os investimentos previstos para o decorrer da concessão incluem ainda a construção de sete passarelas – uma em Carapicuíba, quatro em Itapevi (Estrada do Prado, Jardim Sorocaba, Jardim Santa Rita e Jardim Portela), uma na travessia da ciclovia da Marginal do Pinheiros (ao lado do Parque Villa Lobos) e no acesso à estação Villa Lobos-Jaguarié. O objetivo é proporcionar opções de travessia segura em locais onde existem passagens em nível.



Arte Estação Blue Studio Foto: Arte Estação Blue Studio

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/04/2023

ELETOBRAS PROPÕE APORTE DE R\$ 4 BI PARA ADIANTAR DÍVIDAS DE SANTO ANTÔNIO ENERGIA COM BANCOS

Santo Antônio Energia encerrou 2022 com dívida líquida de R\$ 18,9 bilhões; segundo a empresa, a operação promoverá significativa melhora de seu endividamento financeiro

Por Luciana Collet

Em meio aos esforços da Eletrobras para capitalizar e reestruturar as dívidas de sua controlada indireta Santo Antônio Energia, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome, a companhia planeja realizar uma operação envolvendo um aporte financeiro de R\$ 4 bilhões para o pré-pagamento de dívidas e assumir o débito restante junto ao BNDES e aos bancos repassadores.

A Santo Antônio Energia apresentou na quarta-feira, 19, uma proposta da administração em uma Assembleia Geral de Debenturistas marcada para 10 de maio com o objetivo de obter autorização de seus credores para o pré-pagamento de dívidas que somam até R\$ 4 bilhões, a ser feito até 31 de dezembro deste ano, junto ao BNDES, Banco Santander, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú BBA, Banco do Nordeste (BNB), Caixa Econômica Federal, Haitong Banco de Investimento e ao Banco da

Amazônia (BASA). Conforme o documento, seriam pagas dívidas celebradas em março de 2009 e agosto de 2013.

O documento diz ainda que não foram assinados acordos vinculantes entre a Eletrobras ou sua controlada Furnas (que detém o controle indireto da Santo Antônio Energia) para assunção da dívida do BNDES e dos bancos repassadores, mas as empresas pretendem obter previamente as anuências necessárias para a implementação da estratégia.

A iniciativa - anunciada quase um mês após a Eletrobras adquirir participações diretas e indiretas remanescentes de três sócios na Madeira Energia (MESA), controladora da Santo Antônio Energia - seria feita por meio de um Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de até R\$ 4 bilhões. Tais recursos seriam utilizados para o pré-pagamento de parte do saldo devedor do endividamento "BNDES e Repasse", sendo que R\$ 1,913 bilhão seriam destinados ao BNDES e até R\$ 2,087 bilhões aos Bancos Repassadores, na proporção dos instrumentos financeiros repasse. Não está previsto o pré-pagamento das demais dívidas financeiras da Santo Antônio Energia.

Além disso, por meio de Instrumentos de Assunção de Dívida, a Eletrobras pretende assumir a totalidade da dívida representada pelo "Endividamento BNDES e Repasse", descontado o valor do pré-pagamento parcial, permitindo a redução do endividamento financeiro da Santo Antônio Energia.



Eletrobras planeja aporte financeiro de R\$ 4 bilhões para o pré-pagamento de dívidas da Santo Antônio Energia, além de assumir débito restante junto ao BNDES e aos bancos repassadores. Foto: FABIO MOTTA/ESTADAO

Segundo a Santo Antônio Energia, a operação promoverá significativa melhora de seu endividamento financeiro, o que permitirá com que a companhia tenha capacidade de fazer com que suas receitas sejam suficientes para fazer frente ao perfil de endividamento.

A Santo Antônio Energia encerrou 2022 com dívida líquida de R\$ 18,9 bilhões. Os empréstimos somavam R\$ 14,2 bilhões, enquanto as debêntures totalizavam R\$ 5,8 bilhões. Em seu balanço, a empresa afirmou que a Eletrobras tinha iniciado um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras, visando uma equalização às orientações estratégicas da Eletrobras. Na ocasião, a geradora estimou que ainda dentro do primeiro semestre deste ano esse plano de reestruturação das dívidas da Santo Antônio Energia estaria concluído.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/04/2023

COM CAMPOS NETO NA PLATEIA, PACHECO COBRA 'REDUÇÃO IMEDIATA' DA TAXA DE JUROS; VEJA

Presidente do Senado também prometeu rapidez na aprovação do projeto do novo arcabouço fiscal
Por Pedro Venceslau

ENVIADO A LONDRES - Em discurso feito nesta quinta-feira, 20, na abertura do Lide Brazil Conference em Londres, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a "redução imediata" da taxa de juros e voltou a prometer "rapidez" na aprovação do projeto do novo arcabouço fiscal enviado ao Congresso pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT)

Alvo de críticas do governo e do PT por não reduzir a taxa de juros, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, estava na plateia.



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é alvo de críticas do governo por manter a taxa de juros alta. Foto: Adriano Machado/Reuters

“Continuo defendendo a autonomia do Banco Central, mas precisamos encontrar um caminho para a redução imediata da taxa de juros. Esse é o desejo da economia e do mercado”, disse Pacheco.

O presidente do Senado disse, ainda, que é preciso atacar as “marolas e ruídos” que impedem a redução da taxa de juros.

Rodrigo Pacheco garantiu que o projeto do arcabouço será votado em maio no plenário do Senado e elogiou o texto enviado pelo governo.

Falando sobre Pacheco na saída do debate do Lide, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), que também participa do evento, brincou: “Essa viagem com Lula (para a China) estragou ele. O Pacheco ouviu muito o discurso do Lula.”

Veja o vídeo da fala de Pacheco:



Assista aqui → https://youtu.be/BgK_INs8zec

**O repórter viajou a convite do Lide
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/04/2023*

MUDANÇA FREQUENTE NAS REGRAS DO JOGO SÓ PREJUDICA A ECONOMIA; LEIA ARTIGO

Retomada dos investimentos depende da continuidade e da previsibilidade na gestão pública
Por Abram Szajman

Alternância de poder é um pressuposto da democracia. Contudo, nos países desenvolvidos, quando se muda o governo, não se alteram políticas públicas recém-implantadas nem se modificam abruptamente as regras de impacto na esfera econômica, como acontece no Brasil. Nesse caso, a

consequência é evidente: as chances e a expectativa de retorno do capital se reduzem drasticamente à medida que a insegurança jurídica ou fiscal cresce.

Vejam, no plano macroeconômico, as discussões acerca da substituição do teto de gastos, instituído em 2017. Passados seis anos, a regra fiscal está posta em xeque e na iminência de ser substituída por um novo arcabouço fiscal de contornos imprecisos, sem a garantia de que o Estado se torne mais eficiente e menos pesado.

Tome-se ainda o caso da reforma trabalhista, aprovada também em 2017, que apresenta resultados notáveis quanto à redução dos processos judiciais, apesar de as regras ainda estarem em fase de adaptação na rotina das empresas. Parte do espectro governista, porém, aventa a revisão de alguns desses dispositivos, o que acarretaria mais insegurança jurídica.

Entretanto, o maior obstáculo para quem deseja empreender está na esfera tributária. A reforma ampla do sistema, ensaiada nos últimos 20 anos, não se concretiza em razão da ganância dos três níveis de governo, sempre dispostos a manter ou ampliar gastos correntes. Para ilustrar o “manicômio tributário”, 46 novas regras são criadas todos os dias, fazendo com que as empresas arquem com um custo anual superior a R\$ 50 bilhões, entre equipes, sistemas e equipamentos. Ademais, enquanto a simplificação permanece no campo das promessas, os retrocessos são palpáveis, como na edição da medida provisória (MP) que determinou o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).



Haddad e Tebet citaram reforma tributária como aposta do governo para melhorar ambiente macroeconômico
Foto: Sergio Lima / AFP

A Constituição federal tem 163 dispositivos ainda não regulamentados. É preciso conviver, também, com essa “jabuticaba” brasileira que é a MP. Devia ser exceção, mas tornou-se regra, com 241 MPs editadas no governo passado. Uma centena delas caducou por falta de votação – e quando isso ocorre, os efeitos gerados durante a sua validade entram num limbo jurídico de difícil solução.

Parafraseando conhecido comentarista de futebol, “a regra é clara”, e se, em campo, o juiz, ao passar por cima dela, acaba por instaurar a confusão, na economia, compromete as possibilidades de crescimento. Sem estabilidade e respeito às regras, quem vai se arriscar a jogar? A retomada dos investimentos depende da continuidade e da previsibilidade na gestão pública, pois o dinheiro não aceita desaforos. / ABRAM SZAJMAN É PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO SP)

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/04/2023

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

BRASIL ASSINARÁ 13 ACORDOS COM PORTUGAL E QUATRO COM ESPANHA

As agendas de Lula em Portugal ocorrem de 22 a 25 de abril e, na Espanha, dias 25 e 26 de abril
Por Agência Brasil — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai a Portugal e Espanha para assinar 17 acordos — Foto: José Cruz/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarca na noite desta quinta-feira (20) para visita de Estado a Portugal e Espanha, para o relançamento das relações do Brasil com a Europa e a União Europeia (UE). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a previsão é que sejam assinados, pelo menos, 13 acordos com Portugal e quatro com a Espanha, em áreas diversas.

Na programação estão fóruns com empresários e encontros com autoridades, além do evento de entrega do Prêmio Camões ao cantor e compositor Chico Buarque. Em 2019, ele foi o vencedor da 31ª edição do prêmio, o principal da literatura em língua portuguesa, mas o ato de entrega não foi assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro.

As agendas de Lula em Portugal ocorrem de 22 a 25 de abril e, na Espanha, dias 25 e 26 de abril.

Para o Itamaraty, a península ibérica é a porta de entrada do Brasil na Europa diante dos vínculos históricos, culturais, políticos e econômicos entre os países.

“A decisão de visitá-los nos primeiros meses de governo traduz a prioridade atribuída aos países ibéricos tanto pelo relacionamento bilateral quanto pelo papel que desempenham no marco da União Europeia”, disse a secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

Ela destacou que Portugal e Espanha são importantes parceiros comerciais do Brasil, com papel fundamental no estoque de investimentos estrangeiros recebidos no país. Sozinha, a Espanha é o segundo país que mais investe no Brasil, atrás dos Estados Unidos.

Inicialmente, o embarque do presidente Lula estava previsto para a sexta-feira (21) à noite, mas foi antecipado para esta quinta-feira. Esta é a primeira viagem de Lula à Europa nesse terceiro mandato e a sexta visita internacional do presidente após a posse. Ele já foi à Argentina, Uruguai, Estados Unidos, China e Emirados Árabes Unidos.

Acordos

De acordo com a Presidência, serão pelo menos 13 acordos e parcerias firmados com Portugal, incluindo memorando de entendimento entre as agências espaciais do Brasil e de Portugal, entre as agências de cinema dos dois países para coprodução audiovisual e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com diversos ministérios do governo português.

Também deve ser assinado o acordo para equivalência de estudos dos níveis fundamental e médio dos dois países. Segundo Maria Luisa, essa equivalência da educação é importante para os brasileiros que vivem em Portugal e os portugueses que vêm morar no Brasil.

Entre outros atos, o Itamaraty destacou ainda o memorando de entendimento na área de energia e de geologia e mineração; o acordo sobre o reconhecimento mútuo das carteiras de motorista, para que brasileiros possam dirigir em Portugal e vice-versa; o memorando sobre os direitos de pessoas com deficiência e outro na área de turismo; e a declaração de intenções na área da saúde.

A embaixadora explicou que são instrumentos de intercâmbio de melhores práticas e de experiências de boas práticas em políticas públicas e, claro, de como fazer um trabalho complementar de cooperação nessas áreas.



Já na Espanha, segundo Maria Luisa, os atos assinados serão em menor número, mas também “de importância expressiva”. Ela citou o memorando de entendimento na área da educação superior, entre o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério de Universidades da Espanha, para intensificar o intercâmbio e também o reconhecimento de estudos de lado a lado.

Outro acordo a ser firmado em Madri trata da cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e o Ministério do Trabalho e Economia Social da Espanha. “O objetivo é fomentar o intercâmbio de melhores práticas, posicionar questões do trabalho no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social e socioambiental, com ênfase no protagonismo das organizações de trabalhadores e empregadores”, explicou.

Além disso, o memorando prevê mecanismos de cooperação para o aumento da produtividade, sobretudo em pequenas e médias empresas, e de apoio das reformas sindicais, a fim de ampliar a filiação e representatividade das entidades. Na área da pesquisa científica, deverá ser assinada uma carta de intenções para coordenação de projetos bilaterais de desenvolvimento e inovação tecnológica entre empresas brasileiras e espanholas.

As áreas prioritárias desse acordo são saúde, meio ambiente, mudança climática, transição energética, alimentos, indústria 4.0, produção sustentável, mobilidade e transporte, tecnologias da informação e comunicações.

Por último, Brasil e Espanha farão a ratificação de um convênio na área da seguridade social.

A embaixadora destacou que, a partir de julho, a Espanha presidirá a União Europeia. Hoje a presidência do bloco está com a Suécia. Segundo ela, os espanhóis têm todo o interesse de promover uma aproximação muito maior entre América Latina e União Europeia, e entre o Brasil, em particular, e a União Europeia.

“Existe o acordo Mercosul-União Europeia, cuja finalização já se arrasta anos e anos. Há uma expectativa de que isso possa ser concluído ainda em 2023, para entrar em vigor, e naturalmente a Espanha tem esse interesse de que isso seja concluído durante sua própria presidência. Então esse, certamente, será um assunto que também será conversado por Lula tanto com os espanhóis, quanto com os portugueses e daqui para frente com todos os europeus”, disse Maria Luisa.

Aprovado em 2019, após 20 anos de negociações, o acordo Mercosul-UE precisa ser ratificado pelos parlamentos de todos os países dos dois blocos para entrar em vigor. Uma tramitação que envolve 31 países.

Programação

A programação oficial em Portugal começa no sábado (22), em Lisboa, com a cerimônia de boas-vindas na Praça do Império, em frente ao Mosteiro do Jerônimo, e a deposição de flores junto ao túmulo do poeta português Luís de Camões, no interior do mosteiro. Na sequência, Lula tem encontro bilateral com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém.

Após, haverá almoço oferecido pelo primeiro-ministro António Costa e, à tarde, ocorre a 13ª Cúpula Luso-Brasileira, no Centro Cultural de Belém, com a assinatura dos acordos bilaterais. Inicialmente os dois chefes de governo têm reunião reservada, seguido de uma plenária com as duas delegações.

Nos encontros, serão tratados temas de todo o universo de relacionamento bilateral e também assuntos globais que interessam a ambos os países, por exemplo, mudanças do clima, direitos humanos e a questão da guerra da Ucrânia.

A cúpula está sendo retomada pelos dois governos e a preparação começou no fim do ano passado, após as eleições presidenciais. Previsto para ser realizado anualmente, o evento não ocorre desde novembro de 2016.



À noite, o presidente brasileiro participa de jantar oferecido pelo presidente Rebelo de Sousa, que é o chefe de Estado de Portugal, mas não o chefe de governo. No Brasil, Lula acumula as duas funções.

No dia 23, o presidente deve ter a agenda livre, com programação privada.

Já na segunda-feira (24), o presidente e sua comitiva, juntamente com o primeiro-ministro português Antônio Costa, irão para a cidade de Matosinhos, na região do Porto, para participar da abertura do Fórum de Negócios Portugal-Brasil, evento organizado pela Apex-Brasil e a agência portuguesa Aicep. Na ocasião haverá renovação do protocolo de entendimento entre as duas agências de promoção.

Cerca de 150 empresários portugueses e brasileiros devem participar do evento, que terá painéis sobre oportunidades de comércio e investimentos em energia, mobilidade, tecnologia e inovação e saúde.

A viagem de volta à Lisboa acontece a bordo de uma aeronave KC-390, produzida pela Embraer. Portugal está adquirindo cinco dessas aeronaves. “Naturalmente é uma ocasião para, enfim, eles [Lula e Antônio Costa] experimentarem juntos o cargueiro”, disse a embaixadora Maria Luisa. Eles também devem visitar as instalações da OGMA, que é empresa de aeronáutica portuguesa, nos arredores da capital do país.

À tarde, após o retorno a Lisboa, o presidente Lula e o presidente Marcelo Rebelo de Sousa farão a entrega do Prêmio Camões a Chico Buarque, no Palácio Queluz.

Já na terça-feira (25) pela manhã, o presidente brasileiro será homenageado em uma sessão solene da Assembleia da República Portuguesa. Depois disso, a delegação embarca para Madri, capital da Espanha.

A agenda oficial na Espanha começa no dia 25 à tarde e segue até 26, quarta-feira. Em algum momento nesses dois dias, deve ocorrer encontro com o Rei Filipe, com almoço ou jantar no Palácio Real de Madri.

Na tarde de terça-feira (25), Lula participa de um fórum empresarial. Na quarta-feira (26), ele tem encontro com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sanchez, no Palácio da Moncloa, quando ocorrerá assinatura de acordos.

No dia 26 à noite, Lula embarca de volta ao Brasil. Na comitiva, entre as autoridades já confirmadas estão os ministros da Saúde, Nísia Trindade; da Igualdade Racial, Anielle Franco; dos Direitos Humanos, Silvio Almeida; e da Cultura, Margareth Menezes; os presidentes da Fiocruz, Mario Moreira; da Embratur; Marcelo Freixo; da Agência Espacial Brasileira, Carlos Moura; e da Apex-Brasil, Jorge Viana.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/04/2023

ULTRACARGO INICIA PLANO DE CRESCER NO INTERIOR

Primeiro passo é compra de 50% da Opla, joint venture com BP para um terminal de etanol em Paulínea

Por Taís Hirata — De São Paulo

A Ultracargo deu início a uma estratégia de expansão rumo ao interior do país. A empresa assinou, nesta quarta-feira (19), a aquisição de 50% da Opla Logística Avançada, que opera um terminal de etanol em Paulínea, no interior paulista. A companhia comprou a fatia da Copersucar por R\$ 237,5 milhões e passará a ser sócia da BP, que detém a outra metade da joint venture. A operação ainda depende de aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



Décio Amaral, presidente da Ultracargo, diz que empresa já estuda outros projetos no interior do país, com foco no agronegócio e expansão da malha ferroviária — Foto: Carol Carqueiro/Valor

“Com isso, começamos a conectar a infraestrutura da Ultracargo a Rondonópolis [MT] e abrimos o leque para pensar em oportunidades de investimentos ao longo das ferrovias, no interior do país”, afirma o presidente da empresa, Décio Amaral.

Segundo ele, trata-se de um primeiro passo da estratégia de interiorização, que prevê o desenvolvimento de outros ativos com esse perfil, para além dos terminais portuários já operados pelo grupo. Esse movimento não necessariamente se dará no âmbito da joint venture com a BP. Os próximos investimentos poderão ser feitos com parceiros ou pela empresa sozinha, diz o executivo.

“Há outros projetos em avaliação. O ‘timing’ dependerá de alguns fatores, mas não vamos parar. Estamos analisando o fluxo da carga que sai dos nossos terminais portuários. E vamos acompanhar a fronteira do agronegócio, que é para onde caminha a demanda do diesel, e acompanhar expansão da rede ferroviária.”

As próximas iniciativas, diz ele, poderão ser tanto “greenfield” (construídos desde o zero) quanto aquisições, como a da Opla.

A empresa adquirida foi criada em 2017 e opera um terminal em Paulínea com capacidade de tancagem de 180 mil metros cúbicos. A estrutura tem conexão com dutovias e com as malhas ferroviárias da Rumo e da VLI, que conectam a unidade ao Centro-Oeste e ao Norte do país.

A ideia é ampliar a eficiência do terminal, segundo Amaral. “A capacidade atual não é plenamente utilizada. A estrutura vai precisar de investimento, principalmente na recepção ferroviária, mas não em armazenagem. A ideia é escoar mais rapidamente a carga e ampliar o giro.” Ele também destaca a expectativa de forte expansão da produção de etanol no país.

Em nota, a Copersucar disse que a venda é parte da estratégia de “otimização de seu portfólio” e que “não afeta suas operações de logística e armazenagem”. O grupo destacou que “manterá acesso aos sistemas da Opla por meio de contratos de longo prazo”.

Para além da estratégia de interiorização, o grupo mantém o plano de expansão nos portos, segundo ele. A empresa opera seis terminais portuários de graneis líquidos, em Santos (SP), Aratu (BA), Itaqui (MA), Suape (PE), Rio de Janeiro e Vila do Conde (PA).

Um dos projetos é conectar o terminal de Santos à malha ferroviária de longo curso por um ramal, que será construído no novo regime de autorização. “Estamos na fase final de aprovação em Brasília. É um investimento que planejamos há algum tempo, mas que pelo ineditismo demora mais.”

A previsão é que a formalização ainda leve de quatro a seis meses. Uma vez concedido o aval, a implantação, com licenciamento ambiental e obra, deverá levar de 12 a 16 meses. O trecho, de cerca de 2 km, deverá demandar de R\$ 80 milhões a R\$ 100 milhões de investimento. Além disso, uma vez que o escoamento se tornar mais eficiente, a previsão é que será necessário ampliar a estrutura do terminal em Santos, diz ele.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 20/04/2023

MEDIAÇÃO DO TCU É APOSTA PARA ACELERAR INVESTIMENTOS

Gestão Lula quer destravar até R\$ 50 bilhões com acordo entre governo e empresas

Por Murillo Camarotto — De Brasília



Bruno Dantas: ‘Não pretendemos abrir mão do rigor com que auditores examinam legalidade dos contratos administrativos’ — Foto: Divulgação/TCU

Ministros do governo estão apostando na mediação do Tribunal de Contas da União (TCU) para acalmar a pressa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por medidas que possibilitem a retomada do crescimento econômico. A secretaria criada pelo presidente do TCU, Bruno Dantas, para mediar controvérsias entre poder público e iniciativa privada está sendo acionada por várias pastas, em uma tentativa de destravar investimentos e também de cortar

gastos considerados desnecessários.

Até o momento, já foram instaurados processos para mediação de conflitos nos setores de ferrovias, aeroportos e energia elétrica, e uma leva de casos envolvendo rodovias deve ser protocolada em breve. A expectativa é que um acordo com as empresas viabilize a atualização dos contratos, abrindo espaço para a retomada de investimentos que chegariam, em tese, a R\$ 50 bilhões. No caso da geração de energia, haveria uma redução estimada em pelo menos R\$ 150 milhões mensais em gastos.

O Ministério de Minas e Energia (MME) pediu ao TCU que busque uma solução consensual para os contratos de fornecimento de energia de reserva, firmados em 2021. Na ocasião, diante do nível baixo dos reservatórios das hidrelétricas e do risco de racionamento, o governo contratou 800 MW médios de termelétricas a gás.

Com o restabelecimento dos reservatórios, resultante de chuvas acima da média, a necessidade da energia de reserva caiu, mas o governo segue arcando com os custos da geração. O ministro Alexandre Silveira disse ao Valor que os desembolsos somente com gás chegam a R\$ 150 milhões por mês e que um acordo com as geradoras poderia atenuar esses gastos.

“Nosso objetivo com a mediação é que esses contratos fiquem flexíveis. Pelo modelo vigente, as geradoras continuam no direito de colocar a energia no sistema. Além do custo da usina, estamos pagando pelo gás sem termos necessidade”, explicou o ministro, ao lembrar que o país tem exportado excedente de energia de origem hídrica para Uruguai e Argentina.

Segundo ele, o governo chegou a suspender os pagamentos a uma geradora turca, mas a empresa obteve uma liminar para manter o fornecimento. “Estamos no melhor momento hidrológico dos últimos 20 anos. Reconhecemos a necessidade de respeito aos contratos, mas deve haver uma mediação para que as empresas fiquem, por exemplo, de standby e não gerem energia que não precisamos.”

Em fevereiro, o Valor revelou que dois processos envolvendo a ferrovia Malha Paulista, da Rumo, foram os primeiros protocolados na nova secretaria do TCU. A empresa quer devolver à União um trecho de 104 km entre as cidades de Presidente Prudente (SP) e Presidente Epitácio (SP) “em razão da suposta ausência de viabilidade econômica para exploração”. A controvérsia está no valor da indenização a ser paga ao governo.

Outra divergência em análise é a mudança no caderno de obrigações da ferrovia. Quando teve a concessão renovada antecipadamente, a Malha Paulista se comprometeu a realizar 122 obras, ao custo de R\$ 2,96 bilhões. A empresa, contudo, só teria feito 32, com investimento de R\$ 150 milhões. A Rumo quer rever o tratado.

Em nota, a empresa diz que acompanha os esforços pela solução de controvérsias e que os ajustes em seu caderno de obrigações são “necessários para que o contrato seja cumprido com êxito”.



Para o ministro dos Transportes, Renan Filho, os problemas nos contratos de concessão refletem as dores do processo de aprendizado do país com esse tipo de instrumento. Ele tem chamado a atenção para o volume de contratos com problemas no setor de rodovias. Das 14 concessões federais vigentes, quatro já manifestaram interesse em devolver os trechos e outras cinco estão em vias de fazê-lo.

“A solução de conflitos pode ajudar o privado que quer manter seu contrato”, afirmou o ministro. Nos seus cálculos, os nove contratos problemáticos poderiam destravar investimentos de até R\$ 50 bilhões nos próximos anos.

Os aeroportos também estão na lista de controvérsias encaminhadas ao TCU. Em Confins (MG), a concessionária CCR Aeroportos discute com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) como alocar os investimentos de R\$ 853 milhões previstos em contrato para a construção da segunda pista. A obra estava projetada para acontecer após o terminal atingir o nível de 198 mil pousos e decolagens anuais, o que não aconteceu.

Em Cuiabá, a divergência se dá em torno da adaptação do aeroporto para que alguns modelos de aeronaves possam pousar por instrumentos sem restrições. Para atender a tais exigências, o contrato previu a construção de um novo terminal de passageiros ou de uma nova pista de pouso, mas a concessionária entende que poderia atender às exigências de segurança com investimentos alternativos.

A concessionária Centro-Oeste Airports diz que tem empreendido todos os esforços para a realização das obras de ampliação e modernização do aeroporto. Sobre a mediação do TCU, informou que “aguarda a comunicação dos órgãos competentes e reafirma sua disposição para o diálogo”.

“Temos diversos contratos com alguma polêmica. Tendo essa solução [da mediação], facilita muito. Só não pode virar mais uma instância que não tenha resolução. Tem que ter poder de decisão, que saia de lá acordada a nova modelagem”, disse o ministro de Portos e Aeroportos, Marcio França.

O presidente do TCU entende que a superação do litígio vai ao encontro da tempestividade esperadas do serviço público. Ressalta, contudo, que os critérios para garantir a regularidade dos contratos continuarão sendo exigidos. “Não pretendemos abrir mão do rigor com que nossos auditores examinam a legalidade dos contratos administrativos. Entretanto, em contratos complexos e de longa duração, como os de infraestrutura, há na própria lei uma zona em que é cabível uma negociação que prestigie o interesse público.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/04/2023

NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA COM BANCOS NÃO AFETARÁ BALANÇO, DIZ ELETROBRAS

Eletrobras pretende adiantar o pagamento de até R\$ 4 bilhões de dívida da usina com BNDES e bancos repassadores até o fim deste ano

Por Valor — São Paulo

A Eletrobras informou nessa quarta (19) que sua controlada indireta Santo Antônio Energia (Saesa), que opera a hidrelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho, publicou o edital de primeira convocação da assembleia geral de debenturistas da 3ª emissão. Objetivo da usina é propor, dentre outras matérias, pré-pagamentos de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Santander, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú BBA, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Haitong e Banco da Amazônia.



A Eletrobras, por meio de sua controlada Furnas, consolida a Madeira Energia (Mesa), única acionista de Saesa, em suas demonstrações financeiras, de forma que a reestruturação da dívida não irá afetar seu balanço patrimonial.

Conforme informou o Pipeline, site de negócios do Valor, a Eletrobras pretende adiantar o pagamento de até R\$ 4 bilhões de dívida da usina com BNDES e bancos repassadores até o fim deste ano.

No documento enviado ao mercado na noite desta quarta-feira, a companhia ressalta que a proposta da Saesa aos debenturistas "constitui apenas ato preparatório não vinculante, em fase de negociação, e que a proposta da reestruturação da dívida ainda será apresentada e formalizada perante o BNDES e os bancos repassadores".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/04/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

PROGRAMA DE PASSAGENS ÁREAS MAIS BARATAS DEVE VALER A PARTIR DE AGOSTO

*Por Eduardo Cupertino - Estagiário Rádio Nacional * - Brasília*

O ministro de Portos e Aeroportos, Marcio França, esteve no Senado nesta quarta-feira (19) e explicou o programa do governo para baixar os preços das passagens aéreas. Ele disse que a iniciativa pode valer já a partir de agosto deste ano.

De acordo com o ministro, poderá comprar a passagem com desconto aqueles que não voaram no último ano. E o preço reduzido será limitado a no máximo quatro passagens, por ano, referente a cada trecho.

A fala foi feita nesta quarta-feira durante sua participação nas comissões de Infraestrutura e Desenvolvimento Regional do Senado.

Também segundo o ministro Márcio França, Latam, Gol e Azul já confirmaram participação na iniciativa. A expectativa é que a compra das passagens possa ser feita dentro do aplicativo das empresas aéreas que devem exibir a opção "Voa, Brasil".

A opção estará disponível apenas para o período fora da alta temporada, no chamado período de ociosidade, que corresponde aos meses de março, abril, maio, agosto, setembro, outubro e novembro, quando em média, 21% dos assentos dos voos domésticos ficam vazios.

* Com supervisão de Jacson Segundo.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 20/04/2023

PETROBRAS E BNDES ANUNCIAM CRIAÇÃO DE COMISSÃO MISTA

Entre os temas estão transição energética e reindustrialização

Por Douglas Corrêa - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

Os presidentes da Petrobras, Jean Paulo Prates, e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciaram nesta quarta-feira (19), no Rio de Janeiro, a criação de comissão mista BNDES-Petrobras. A medida tem o objetivo de facilitar a apresentação de projetos em matérias de interesse comum às duas instituições.

O trabalho será desenvolvido por meio de subcomissões temáticas compostas por integrantes das duas empresas. Entre os principais focos da parceria estão medidas catalisadoras da transição energética, reindustrialização e fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

“Demos um passo importante para fortalecer uma aliança de trabalho com o BNDES em prol do desenvolvimento de propostas e projetos relevantes para o Brasil. É o começo de uma parceria estratégica para a Petrobras e para o país”, avaliou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 20/04/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

FÓRUM SETORIAL DISCUTE RETOMADA DA CONSTRUÇÃO NAVAL COM GOVERNO E ENTIDADES

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 20/04/2023 - 21:29



Grupo formado por representantes sindicais defende pontos como revisão do conteúdo local e criação de uma política de Estado para atividade independente dos governantes que estiverem no poder

Dirigentes sindicais que compõem o ‘Fórum de Retomada da Construção Naval’ estão otimistas que o governo estimulará o fortalecimento da indústria e das atividades ligadas a ela nos próximos anos. Em reunião no começo do mês na sede do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), no Rio de Janeiro, os membros do grupo

discutiram propostas voltadas para reaquecer o setor. Nas últimas semanas, eles também participaram de encontros com representantes do segmento de apoio marítimo, da Transpetro e aguardam audiência com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O Fórum tem procurado dialogar com as principais partes interessadas, dentre outros objetivos, a construção de navios e plataformas. A construção no Brasil costuma gerar bastante debate em aspectos como os altos custos de projetos em estaleiros nacionais versus os benefícios como a geração de empregos e desenvolvimento da cadeia produtiva. Nos últimos 10 anos, o setor convive com falta de grandes projetos de construção naval e os estaleiros basicamente vêm se dedicando a reparos e olhando para novas oportunidades. Atualmente, há uma expectativa em torno do governo Lula fomentar políticas voltadas para construção, como em governos anteriores.

Durante a reunião, o Sinaval sugeriu a criação de uma ‘Secretaria Nacional da Indústria Naval’ e a inclusão da atividade de “reciclagem de embarcações e plataformas” no escopo de propostas. Após esse encontro, o Fórum participou de agendas com representantes de empresas que operam apoio marítimo e também aguardam audiência com o presidente da Petrobras. O Fórum é composto por representantes de entidades como CTB, CUT, CNM, Conttmaf, CRT-RJ, Fitmetal, FNTTAA, FUP, Senge-RJ, sindicatos dos metalúrgicos (do Rio de Janeiro, de Niterói e de Angra dos Reis) e Sindmar.



“O diálogo com o governo, na verdade está iniciando. Mas, como o próprio presidente (Lula) prometeu que vai retomar a indústria naval. A ansiedade é grande, mas continuamos fazendo a nossa parte”, afirmou à



Portos e Navios o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Edson Carlos. Ele acredita que a falta de emprego no Brasil está desequilibrando a sociedade e a indústria naval pode dar uma resposta positiva rapidamente.

Para isso, ele defendeu reverter algumas iniciativas tomadas no governo passado, como o programa de cabotagem, criado pela Lei 14.301/2022. “A BR do Mar atrapalha muito. Nenhum governo em sua consciência aprovaria uma lei dessas. Entregar a costa e a navegação interior às embarcações estrangeiras. A costa é questão de soberania nacional. Navio brasileiro, de bandeira brasileira, tripulado por brasileiro. Isso ajuda na nossa ideia: Criar uma política de Estado para a indústria naval brasileira”, comentou Edson.

Ele acrescentou que o conteúdo nacional é crucial para a retomada da indústria, sendo importante o retorno de índices maiores, sem a condição de construir no exterior ou multas sem direito a recursos para não pagá-las. Os índices de hoje não estão ajudando em nada, nem ao país, nem ao povo e nem as empresas nacionais. Edson sugere que o conteúdo local pode ser discutido por tipo de embarcação e ser progressivo ao passar do tempo. Para o sindicalista, a discussão sobre a retomada deve ser colocada como prioridade pelo governo.

Segundo Edson, existem muitas possibilidades que podem ser estudadas. Uma delas é ampliar a frota da Transpetro que, segundo ele, nunca teve tão poucos navios próprios e tantos afretados. “É evidente que vinha numa grande intenção de ser privatizada, talvez, nem de quando da sua criação enquanto Fronape. Então é preciso recompor sua frota”, apontou. Além da volta da construção de plataformas de petróleo no Brasil, o sindicato é a favor do estabelecimento de uma obrigatoriedade para os armadores nacionais da cabotagem construírem no Brasil, como única condição de utilizarem os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Outra proposta é no sentido de aprimorar a ideia de fomento para mais tipos de embarques em embarcações. “A geração de emprego será automática. A nossa perspectiva é que, já no próximo ano, tenhamos gerado milhares de novos empregos”, espera. Ele contou que a reunião com o Syndarma/Abeam aconteceu na semana passada e foi positiva. Segundo Edson, o ponto mais discutido e com algumas divergências com o segmento de apoio offshore é o BR do Mar. “Nós trabalhadores pedimos a revogação da lei, eles acham que existem pontos bons, mas concordam que, no conjunto, é mais prejudicial ao sistema marítimo e de construção naval do Brasil, do que benéfico”, afirmou. Em relação à audiência do Fórum com Prates, a expectativa é que ocorra após a reunião do conselho da Petrobras, prevista para o próximo dia 27.

O Sinaval avalia que as oportunidades que o Fórum vislumbra e defende coincidem com as avaliações da entidade. O Sinaval identifica a necessidade de medidas para a retomada da indústria naval e offshore que precisam ser tomadas pelo governo e pelas empresas demandantes, como a Petrobras e a Transpetro. O entendimento é que existem plataformas de petróleo, barcos de apoio marítimo, petroleiros, aliviadores e gaseiros que dependem de decisões dessas empresas quanto à contratação. “O segmento industrial naval brasileiro tem condições de executar uma boa parte dessa demanda. Hoje, as plataformas estão sendo construídas na Ásia, restando aos nossos estaleiros uma parte menor nesses contratos, como a construção de alguns módulos e a integração das plantas de processo”, afirmou o sindicato à reportagem.

O Sinaval vislumbra como um novo mercado as atividades de desmonte e reciclagem de embarcações e estruturas marítimas, para as quais o sindicato está pleiteando que os estaleiros participem com destaque. Outra oportunidade no radar dos estaleiros, mais para médio prazo, é o mercado de energia eólica no mar, que deve se desenvolver nos próximos anos. “O Sinaval estima a necessidade de muitos navios de apoio semelhantes aos que já construímos para as atividades nas plataformas marítimas”, avalia a entidade.

Na visão do Sinaval, a atividade de reparação naval vai continuar no Brasil. Os estaleiros de grande porte, sem contratos de construção, estão recorrendo ao reparo naval para sobreviverem, além de também operarem como terminais de uso privado (TUPs). A leitura é que, se houver contratos de



construção, esses estaleiros retornarão ao mercado de produção de grandes navios, porém sempre haverá oportunidades no mercado de reparação naval, para navios de todos os tipos e tamanhos.

A avaliação é que, tendo sucesso em nossos pleitos, a indústria naval e offshore voltará à atividade num nível bem mais elevado que o atual. “O diálogo com o novo governo está sendo muito produtivo e temos boas perspectivas de sermos atendidos em diversos pleitos que fizemos. O relacionamento está positivo e cremos que a retomada vai ser possível, depois de muitos anos de baixa atividade”, informou o Sinaval.

Para o Sinaval, a retomada ocorrerá se forem tomadas as providências adequadas. Algumas das medidas propostas podem permitir resultados em curto prazo, enquanto outras serão para resultados de médio e longo prazo. O desejo do sindicato é, ao término do atual mandato presidencial, tenham sido lançadas bases sólidas para um progresso contínuo e permanente da indústria. O Sinaval reforçou a necessidade de uma política de Estado para a indústria naval e offshore ser ressaltada em todos os contatos junto ao governo, a fim de acabar com a dependência da vontade e das ações de cada governante em seu ciclo.

Levantamentos do Sinaval mostram que, após a construção naval atingir o ápice com mais de 80.000 empregos em dezembro de 2014, houve uma grande queda no número e hoje o número de postos de trabalho no segmento caiu para aproximadamente 20.000. A interpretação do sindicato é que a redução dos empregos foi grande, uma vez que a indústria naval e offshore tem um grande fator multiplicador em sua cadeia de fornecedores e prestadores de serviços.

O objetivo é que, numa eventual retomada, esse número de empregos perdidos seja aos poucos recuperado. O Sinaval avalia que a necessidade de atualização e treinamento devido à longa paralisação não será um problema intransponível. “Os trabalhadores têm consciência das dificuldades que terão de superar e certamente responderão à altura, como já ocorreu em situações difíceis no passado. Estamos tranquilos quanto a isso. Se a retomada acontecer como estamos prevendo, os trabalhadores de nossa indústria serão beneficiados. Os empregos de qualidade voltarão”, projetou o Sinaval.

O secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (Conttmaf), Odilon Braga, resume que o Fórum tem procurado dialogar sobre a construção de navios e plataformas. “Nosso objetivo é consensuar posições que possibilitem um diálogo mais efetivo com o governo em prol da retomada da atividade de construção naval, valorizando o emprego de trabalhadores locais e o fortalecimento da indústria nacional, de forma a contribuir com o desenvolvimento do Brasil”, afirmou Braga.

Apuração: Elisa Monteiro

Edição: Danilo Oliveira

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 20/04/2023

PETROBRAS APROVA INDICAÇÃO DE SÉRGIO BACCI PARA PRESIDÊNCIA DA TRANSPETRO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 20/04/2023 - 21:54

Diretoria-executiva também aprovou Fernando Mascarenhas Cavalcanti de Barros, para cargo de diretor financeiro da subsidiária, e Jones Alexandre Barros Soares para diretoria de transporte marítimo, dutos e terminais. Nomes estão sujeitos à eleição pelo conselho de administração da Transpetro, prevista para quinta-feira (27)

A diretoria-executiva da Petrobras, em reunião realizada nesta quinta-feira (20), aprovou as indicações de Sérgio Bacci para o cargo de presidente da Transpetro, além de Fernando Mascarenhas Cavalcanti de Barros para o cargo de diretor financeiro da subsidiária da companhia e de Jones Alexandre Barros Soares para o cargo de diretor de transporte marítimo, dutos e terminais. Em comunicado na noite desta quinta-feira (20), a Petrobras informou que as indicações estão

sujeitas à eleição pelo conselho de administração da Transpetro, prevista para ocorrer na próxima quinta-feira (27). A companhia também agradeceu Luiz Eduardo Valente Moreira e Roberto David Mendes da Silva pelas contribuições à frente da Transpetro.

Sergio Hermes Martello Bacci é administrador de empresas formado pela Instituição Faculdades Integradas Senador Flaquer, de Santo André. Possui experiência de mais de 20 anos no setor naval e offshore, logística e transportes marítimos, atuando na direção de grandes empresas como a Asgaard Navegação S.A., Opmar Serviços Marítimos Ltda. e Bram Offshore. O comunicado destacou ainda que Bacci exerceu importante papel como representante do Sinaval, na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e no fomento ao crescimento da indústria naval brasileira. Também foi secretário de fomento para Ações de Transportes no Ministério dos Transportes, com destaque para a atuação na modernização da legislação de infraestrutura rodoviária, aquaviária e de portos.

Fernando Mascarenhas Cavalcanti de Barros é engenheiro eletrônico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Sistemas Digitais/Redes de Computadores – MSc pela COPPE / UFRJ. Possui pós-graduação em Marketing pela PUC RJ, e em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral (FDC), onde também concluiu o MBA em Gestão Empresarial. Executivo com 22 anos de experiência nas indústrias de aviação, navegação, mineração e siderurgia, tendo ocupado posições de liderança globais e locais na Varig S.A., na Vale S.A. e em empresas do grupo Vale, nos cargos de gerente executivo de Análise e Planejamento Financeiro (FP&A) Global, Vice-presidente Executivo de Administração e Finanças, CFO, da California Steel Industries (CSI), empresa do grupo Vale, gerente sênior de relação com investidores, gerente geral da operação de rebocadores, gerente geral de inteligência de mercado de navegação, dentre outros.

Mascarenhas tem experiência em relações com investidores, planejamento financeiro, gestão de desempenho, consolidação dos resultados, análise de investimentos, elaboração de orçamento e de planejamento estratégico e reporte a acionistas, tendo sido Secretário do Conselho de Administração (CA) da CSI e Vice-presidente do Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia).

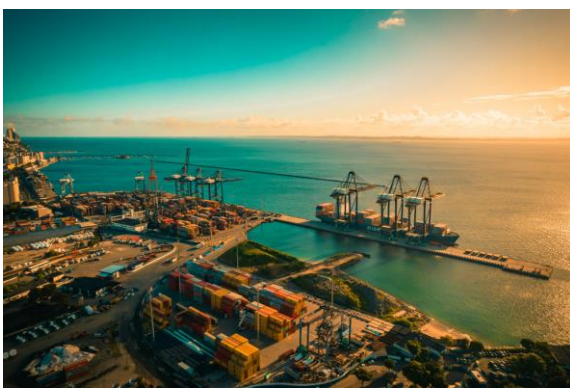
Jones Alexandre Barros Soares é bacharel em Ciências Náuticas pelo Centro de Instrução Almirante Braz Aguiar e Mestre em Gestão de Serviços pelo Instituto Universitário de Lisboa. Possui diversos cursos como MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, Negociação e Liderança pela Harvard Law School e Ship Management & Logistics pela Cambridge Academy of Transport na Inglaterra. Atua no sistema Petrobras há 31 anos e na Transpetro há 22 anos, com vasta experiência na área de operações, acumulando mais de 4000 dias de navegação como Capitão de longo curso e comandante de navios mercantes da Petrobras Transporte – Fronape. Exerce funções gerenciais há 23 anos, dentre as quais se destacam as de Gerente Executivo de Operação de Navios e Diretor da Transpetro International BV. É membro do Centro de Capitães da Marinha Mercante, da Associação Brasileira de Direito Marítimo – ABDM, IFSMA (International Federations of Shipmasters Association), Nautical Institute de Londres, e, da NAMEPA - The North American Marine Environment Protection Association.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/04/2023

TECON SALVADOR PROJETA CONCLUSÃO DO 4º CICLO DE INVESTIMENTOS ATÉ 2034

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 19/04/2023 - 22:50



Diretor-executivo do terminal de contêineres da Wilson Sons acredita que desenvolvimento regional e infraestrutura disponível na unidade para absorver aumento da movimentação possam gerar demandas de mercado que viabilizem antecipar próxima etapa



A administração do Tecon Salvador (BA), operado pela Wilson Sons, projeta concluir o 4º ciclo de investimentos em suas instalações até 2034, passando dos atuais 553 mil TEUs para 924 mil TEUs de capacidade nominal de movimentação nesse período. O diretor-executivo do terminal de contêineres, Demir Lourenço, acredita que seja possível antecipar essa ampliação por conta do potencial de desenvolvimento econômico da área de influência da instalação e da necessidade de infraestrutura para absorver o aumento da movimentação de cargas containerizadas no país. Ele explicou que será possível tomar uma decisão a esse respeito quando a movimentação do terminal alcançar uma faixa entre 450 mil TEUs e 480 mil TEUs.

"Não tenho dúvidas de que 2034 (4º ciclo) vai acontecer antes porque acreditamos que existe potencial imenso na Bahia de desenvolvimento. O investimento em logística e em infraestrutura tem que vir antes. Caso contrário não se consegue viabilizar isso", afirmou Lourenço, nesta quarta-feira (19), durante evento com jornalistas em que foi apresentado um balanço dos aportes no terminal e as projeções de expansão da unidade. Na ocasião, ele acrescentou que o padrão dos navios cresceu de tamanho muito rápido e que existem portos no Brasil com dificuldades de expandir, principalmente por questões de espaço e de dificuldades de aprofundamento dos acessos aquaviários.

tecon-salvador-cais-guindastes.jpg Somando a extensão do cais 'Água de Meninos' com a do cais 'Santa Dulce dos Pobres', o terminal do grupo Wilson Sons conta com 800 metros de cais com profundidade de 16 metros, permitindo a atracação de até dois porta-contêineres classe New Panamax, para a qual o Tecon já está habilitado a receber. Esses navios de maior porte ainda não atracaram em portos brasileiros, mas são esperados para os próximos anos, conforme demandas de mercado e definições dos armadores.

Um das apostas do Tecon Salvador está no acesso aquaviário sem necessidade de dragagem constante devido ao baixo nível de assoreamento, em águas abrigadas e com condições climáticas favoráveis, se comparado a outros terminais que operam contêineres no país. No modal rodoviário, a empresa acredita que tem um diferencial por conta da ligação direta do Porto de Salvador com a rodovia federal (BR-324) e da conexão viária exclusiva para caminhões.

A empresa estima ter investido aproximadamente R\$ 1 bilhão no empreendimento entre 2000 e 2022, em valores nominais. Lourenço destacou que o marco regulatório (Lei 12.815/2013), que esse ano completa 10 anos, contribuiu para dar segurança jurídica às fases de expansão. A Wilson Sons arrendou o terminal em 1999 e começou a operá-lo em 2000. A primeira expansão começou em 2010, a partir do primeiro aditivo contratual. O segundo aditivo foi firmado em 2016. Com a Lei em 2013, foi possível firmar aditivos conforme a necessidade de investimentos para ampliação das operações. "A lei permitiu que contratos de arrendamento fossem renovados antecipadamente com contrapartida de investimentos que não pudessem ser amortizados no prazo contratual", lembrou Lourenço.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/04/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 20/04/2023